

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012



MARÇO/ 2013

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, com as alterações da Decisão Normativa nº 121/2012, e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações de controle interno.

Rio, março 2013

SUMÁRIO

A - CONTEÚDO GERAL

Introdução	7
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	11
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	19
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	25
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	25
2 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	25
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	25
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	26
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	29
2.4 INDICADORES	29
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	37
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	37
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	37
4 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	39
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	39
4.1.1 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	39
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	42
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	42
4.2.2 Programação de Despesas	42
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	42
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	43
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	43
4.2.2.4 Análise Crítica	44
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	44
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	44
4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	44
4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	44
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	45
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	47
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	47
4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	48
4.2.4.2.3 Análise crítica	50
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	50
5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	50
5.1.2 Análise Crítica	51
5.2 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	51
5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	51
5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	52
5.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	53
5.2.4 Análise Crítica	53
5.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS	54
5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	54
5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	54
5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	54
5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	55
5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	55
5.3.1.5 Análise Crítica	56

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 56

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	56
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	56
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	57
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	58
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	58
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	59
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	60
6.1.4 Composição do quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	62
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	62
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	62
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	63
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	63
6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	64
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	64
6.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	62
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	65
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	65
6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	66
6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários	66

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 67

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	67
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	69
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	69
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ	69

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E GESTÃO DO CONHECIMENTO	70
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	70
8.2 ANÁLISE CRÍTICA	72
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	72
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	72
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	74
10 CONFORMIDADE DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	75
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	75
10.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	76
10.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	78
10.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	80
10.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	80
10.2.2.1 Análise Crítica	81
10.3 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	81
10.3.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	81
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	81
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	81
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	81
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	83
11.2.1 Declaração Plena	83
12 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	84
12.1 RESULTADOS E CONCLUSÕES	84
ANEXO I - Quadro A.4.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	85
ANEXO II - Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	92
ANEXO III- Declaração do Serviço de Recursos Humanos sobre Processos Disciplinares	94

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1 - Identificação da Unidade - Relatório de Gestão Individual	11
Figura 1 - Organograma Funcional	12
Figura 2 - Produção Científica	29
Figura 3 - Formação de Recursos Humanos	30
Figura 4 - Metas e Resultados Quantitativos do Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o CBPF e o MCTI para 2012	35
Quadro A.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	37
Quadro A.4.1 – Ações Vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	39
Quadro A.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	40
Quadro A.4.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	42
Quadro A.4.4 – Programação de Despesas Correntes	42
Quadro A.4.5 – Programação de Despesas de Capital	43
Quadro 4.4.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	43
Quadro A.4.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	ANEXO I
Quadro A.4.8 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	44
Quadro A.4.9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	45
Quadro A.4.10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	47
Quadro A.4.11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	48
Quadro A.5.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	50
Quadro A.5.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	51
Quadro A.5.3 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	52
Quadro A.5.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	53
Quadro A.5.5 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	54
Quadro A.5.6 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	54
Quadro A.5.7 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	55
Quadro A.5.8 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	55
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	56
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	57
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	58
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	58
Quadro A.6.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12	59
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	60
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	62
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	62
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	63
Quadro A.6.10 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	64
Quadro A.6.11 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	65
Quadro A.6.12 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	66
Quadro A.6.13 - Composição do Quadro de Estagiários	67
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	69
Quadro A.7.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	69

Quadro A.7.3 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada _____	70
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis _____	72
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água _____	74
Quadro A.10.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI _____	76
Quadro A.10.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício _____	78
Quadro A.10.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR _____	80
Quadro A.11 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada _____	83
ANEXO I	
Quadro A.4.7 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa _____	86
ANEXO II	
Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV _____	93

Introdução

O Relatório de Gestão do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas obedece a determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União através dos seguintes instrumentos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010 - Normas gerais de organização e de apresentação dos relatórios de gestão
- Decisão Normativa TCU nº 119/2012 - Relatórios de Gestão de 2012
- Portaria TCU nº 150/2012 - Estruturação dos Conteúdos do Relatório de Gestão

A estrutura adotada obedece ao Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012, dividida em:

A - Informações Gerais sobre a Gestão e Informações Contábeis da Gestão
Anexos I, II e III

Quanto aos itens que se seguem, conforme justificativa específica, não houve ocorrência no exercício de 2012 ou o item não se aplica à instituição:

No item 3, "Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão", **os subitens 3.3 e 3.4** e respectivos quadros (A.3.2; A.3.3 e A.3.4) não se aplicam, pois não existe formalizado na estrutura da UJ um órgão de controle interno ou de auditoria que emita recomendações, assim como Diretoria Estatutária e/ou Conselhos de Administração e Fiscal, embora as ações institucionais tenham acompanhamento direto da Direção, do Comitê Assessor Científico - COCI e dos Comitês Supervisores das Coordenações. Quanto **ao item 3.4**, Sistema de Correição da Unidade, não existe formalizada uma estrutura na UJ com essa função, sendo instituídas comissões quando necessário para resolver os casos surgidos. Quanto **ao item 3.5**, Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU, não houve ocorrência no período, conforme informado pelo Serviço de Recursos Humanos da UJ.

No item 4, "Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ", **os subitens 4.1.1, 4.1.2, e 4.1.3** não se aplicam, pois a unidade não é responsável por Programas do Planejamento Plurianual. Quanto aos **subitens 4.1.5 e 4.1.6**, essa informação referente ao exercício de 2012 é de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quanto **ao item 5**, "Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira", não houve ocorrência quanto **ao subitem 5.1** - "Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos" no exercício em referência ou em exercícios anteriores, por esta razão, o Quadro A.5.1 não se aplica. Também não há informações sobre **o subitem 5.3.5** "Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse", pois a única transferência efetuada se deu através de Termo de Cooperação amparada na Portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia GM/MCT nº 613, de 23 de julho de 2009 que disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCT. No subitem **5.4** "Suprimento de Fundos", não houve ocorrência quanto **ao subitem 5.4.1.2** "Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”. Os **subitens 5.5** "Informações sobre Renúncia Tributária" e **5.6** "Informação sobre a gestão de Precatórios" não se aplicam, assim como seus respectivos quadros, pois a unidade não pratica os referidos atos.

Quanto **ao item 6** "Informações sobre Recursos Humanos", não houve ocorrência quanto aos **subitens 6.1.7.2** "Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico" e **6.1.7.3** "Informações da

Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos com Impropriedades" e quanto às informações solicitadas no quadro A.10. Os **subitens 6.2.1** "Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão", **6.2.2** "Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público" e **6.2.3** "Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados", seus respectivos quadros e a análise crítica não se aplicam, pois, segundo informação da Coordenação de Administração, responsável pelos contratos de terceirização, não há na instituição funcionários terceirizados em cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

Quanto ao **item 7.2** "Informações sobre a gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da Unidade", o **subitem 7.2.2** – "Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros" e respectivo quadro não se aplicam, pois a unidade não loca imóveis de terceiros.

Quanto ao **item 10.1**, "Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício", não se aplicam os **subitens 10.1.1**, "Deliberações do TCU Atendidas no Exercício", e **10.1.2**, "Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício", bem como os respectivos quadros, pois não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU no período, segundo informação da Coordenação de Administração.

Principais Realizações 2012

Ações vinculadas à Pesquisa e à Formação Científica

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas é uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Desde sua criação, o CBPF atuou de forma decisiva para o desenvolvimento da Física e das Ciências no país, através da realização de pesquisa científica de alto nível em colaboração com instituições do país e internacionais e da formação de recursos humanos altamente especializados.

Entre os resultados mais expressivos em suas diversas áreas de atuação em 2012 podem ser mencionados:

Em 2012 foram publicados 361 artigos científicos em periódicos de circulação internacional pelos diversos grupos de pesquisa da instituição.

Formação Científica

A Pós-graduação do CBPF celebrou, em 2012, seu cinquentenário. Segundo demonstrou um levantamento recente feito pela instituição - que já formou mais de 600 Doutores e Mestres - uma boa parte das lideranças na área de física atuantes no país têm seus nomes associados ao CBPF, como colaboradores ou ex-alunos. Aproximadamente metade de seu corpo docente é da área experimental, cerca de 30% é de fora do Rio e outros 30% são estrangeiros, provenientes principalmente da Colômbia, Peru, Paraguai, Argentina, Venezuela, Cuba, Irã e Paquistão. Em 2012 foram defendidas 19 dissertações de mestrado (três no Mestrado Profissional em Física com Ênfase em Instrumentação) e 12 teses de doutorado no Programa.

Outra ação da área foi o lançamento de mais quatro volumes da Coleção “Tópicos de Física”, que abrange, além de temas clássicos, textos sobre a História da Ciência e questões de fronteira da pesquisa em Física, projeto desenvolvido em parceria com a Livraria da Física da USP, e com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Conferências e Encontros Científicos

Em 2012 a Escola do CBPF alcançou sua IXª Edição. Encontro que já integra a agenda da Física e áreas afins do país, a Escola contou com mais de 450 participantes. Além de cursos no nível de graduação e pós-graduação, foram realizadas a segunda edição do "Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio (PROFCEM)", bem como palestras de divulgação científica, e a mesa-redonda "Mulheres da Física: por que tão poucas?", iniciativas inseridas no âmbito das ações de inclusão social.

Também foram realizados os eventos: *III International Conference on Quantum Theories and Renormalization Group in Gravity and Cosmology; Mario Novello's 70th Anniversary Symposium, XV Brazilian School of Cosmology and Gravitation, III International Conference on Mathematical Methods in Physics, 5th School in Biological Physics of Protein Folding and Conformational Diseases Presented by I2CAM, FAPERJ, and CeBEM e NUInt12 - Eight International Workshop on Neutrino Nucleus Interactions in the Few GeV Region.* O CBPF também sediou a "2ª Conferência de Física da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CF-CPLP)", organizada pela Sociedade Brasileira de Física, que incluiu o evento na agenda de celebração do Ano de Portugal no Brasil.

Programa de Capacitação Institucional - PCI

Mais uma vez ressaltamos a importância do Programa de Capacitação Institucional para a instituição, através da concessão de bolsas de longa-duração e de curta-duração. Em 2013, foram realizados 18 estágios de pós-doutoramento com o apoio de bolsas da modalidade longa-duração. A contribuição dada por Especialistas Visitantes no âmbito do Programa também merece destaque: do total de visitantes de 2013, aproximadamente 60% estiveram na instituição com o financiamento das bolsas PCI. As bolsas BEV também têm sido essenciais para o apoio a professores que vêm ministrar cursos em encontros promovidos pela instituição.

Ações vinculadas à infraestrutura institucional

Na área de infraestrutura de pesquisa, em 2012 foi instalado e feito o comissionamento do equipamento XPS no Laboratório de Superfícies e Nanoestruturas com recursos de projeto CT-INFRA submetido à FINEP. Além disso, foram feitos os seguintes aperfeiçoamentos no LABNANO: instalação do sistema de compensação de campo do Microscópio Eletrônico de Transmissão, melhorando suas sensibilidade e resolução; aquisição do sistema de *plasma etching* - esse sistema permitirá a obtenção de nanoestruturas complexas com múltiplas etapas de nanolitografia e deposição de filmes; e implementação de diversos procedimentos para a obtenção de estruturas nanométricas (únicas ou em estruturas periódicas) sobre guias coplanares de microondas utilizando de forma combinada a litografia ótica (ultravioleta) e a nanolitografia por feixe de elétrons.

Além de dar continuidade à modernização da infraestrutura predial e laboratorial do CBPF, também

foi instalada uma nova sala de videoconferência que conta com os mais modernos aparatos tecnológicos.

Perspectivas

A realização, em outubro de 2012, de concursos públicos com doze vagas para pesquisadores, cinco para técnicos e duas para a carreira de gestão é de relevância ímpar para o futuro da instituição. Embora ainda insuficiente face à necessidade de recomposição dos quadros do CBPF, absolutamente necessária para que a instituição seja o Instituto Nacional de Física com o grau de excelência almejado, é importante ressaltar que o ingresso de pesquisadores no nível adjunto, uma decisão da Direção e Coordenações do CBPF, permitirá parcial renovação do quadro de pesquisa com faixa etária bem elevada. Ressalte-se o grande interesse despertado pelo concurso que inscreveu mais de 100 candidatos de diversos países, tendo sido classificados dois alemães, um português e um espanhol.

A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1 - Identificação da Unidade - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 1988			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS			
Denominação abreviada: CBPF			
Código SIORG: 24751	Código LOA: Não se aplica*		Código SIAFI: 240120
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Físicas e Naturais			Código CNAE: 7210-0/00
Telefones/Fax de contato:	21-2141- 7417	21-2141- 7385	21-2141-7400
Endereço eletrônico: lazaro@ cbpf.br; frl@ cbpf.br			
Página da Internet: www.cbpf.br			
Endereço Postal: Rua Dr. Xavier Sigaud, 150 - Urca - Rio de Janeiro – CEP: 22290-180 – Est. do Rio			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 2º, Decreto nº 5.886 de 06 de setembro de 2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do CBPF - Portaria Nº 638, de 27 de setembro de 2007 & Portaria Nº 11, de 14 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 37/2005 - Regulamento para Visitantes e Pós-docs.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NA	NA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NA	NA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NA		NA	

* As ações sob a responsabilidade da UJ estão vinculadas ao MCTI - Código: 24000 - 24101

1. 2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

1.2.1 . Finalidade:

O CBPF tem por finalidade realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do MCT e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico

1.2.2 . Competência Institucional:

I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações, considerando as prioridades nacionais na área da física;

II - criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais;

III - estabelecer intercâmbio científico;

IV - promover a difusão do conhecimento científico, no campo da sua área de atuação;

V - desenvolver e transferir e/ou comercializar, mediante processo licitatório, serviços e produtos técnico-científicos gerados pelo CBPF;

VI – manter e divulgar um acervo de documentação/informação sob suportes variados e biblioteca especializada; e

VII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

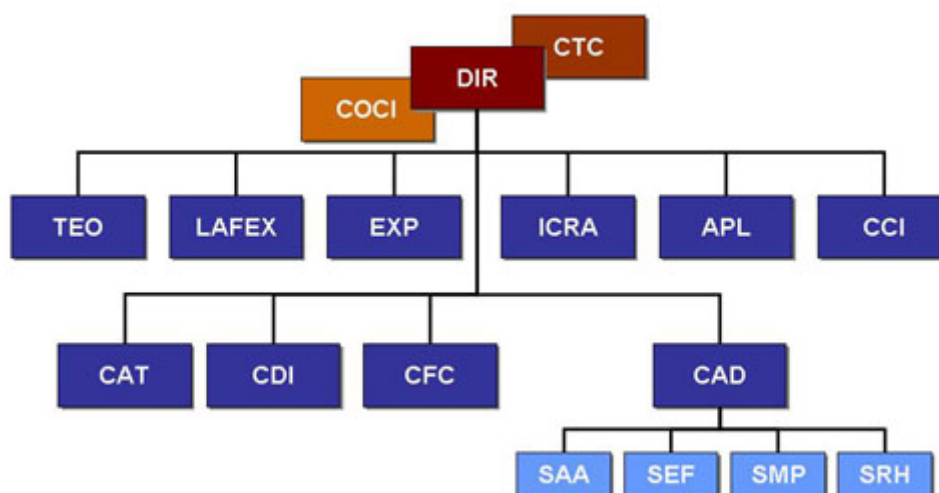


Figura 1: Organograma Funcional do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

O organograma está em conformidade com a Portaria Ministerial N° 638 de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição.

A administração geral do CBPF é conduzida por uma Diretoria e um Conselho Técnico-Científico, formado por 3 membros internos e 6 externos. Também integra a instância decisória um Comitê Assessor Científico – COCI.

A Diretoria - O CBPF é dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão é nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

O Conselho Técnico-Científico - CTC, instituído pela Portaria nº 510, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de 21/07/2003, é unidade colegiada com a função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF.

O Comitê Científico Assessor - COCI, criado pela Portaria nº 10, de 24 de Outubro de 2001, aprovado pelo CTC do CBPF, é um órgão consultivo e suas decisões têm caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do CTC, sempre que necessário.

A regulamentação que rege tais instâncias está disponível na página eletrônica da instituição no item CBPF/Regimentos (www.cbpf.br).

Competência das Unidades

TEO - À Coordenação de Física Teórica, compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física teórica, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física teórica, física computacional e matemática;

LAFEX - À Coordenação de Física Experimental de Altas Energias compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física de altas energias, em aceleradores, em raios cósmicos e na física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de altas energias; e

III - supervisionar e coordenar pessoal bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

EXP - À Coordenação de Física Experimental de Baixas Energias compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental no campo da física da matéria condensada, da física atômica e molecular e da física de plasmas de baixas energias, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de baixas energias; e

III - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

APL - À Coordenação de Física Aplicada compete:

- I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental, na área de física aplicada, física de plasma e áreas interdisciplinares, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física aplicada;
- V - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas

ICRA - À Coordenação de Cosmologia, Relatividade e Astrofísica compete:

- I – representar o CBPF junto ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, dentro do acordo de cooperação firmado pelo Governo Brasileiro;
- II - coordenar, desenvolver e apoiar pesquisas experimentais e observacionais no campo da pesquisa em astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional, em particular de grupos associados ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e
- III - desenvolver rede eletrônica para troca de informações entre laboratórios e departamentos que atuam no campo da astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional;

Às Coordenações Científicas acima compete ainda:

- I - estimular a manutenção de linhas de pesquisas, bem como a abertura de novas propostas de caráter inovador no campo do conhecimento da sua área de competência;
- II - apoiar o intercâmbio de informações científicas entre os membros da Coordenação, destinadas ao desenvolvimento de programas nacionais e internacionais;
- III - promover e realizar seminários, encontros, cursos e outros eventos pertinentes à sua área de atuação;
- IV - colaborar na formulação da programação e execução de cursos de pós-graduação no âmbito do CBPF;
- V - dar suporte ao desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica e científica; e
- VI - atuar em outras atividades que lhe forem cometidas pertinentes à sua área de competência.

CAT - À Coordenação de Atividades Técnicas compete:

- I - coordenar as atividades técnicas que viabilizam a utilização de laboratórios nas áreas de mecânica, de eletrônica, de criogenia, de computação para uso científico, entre outras de suporte às demais Coordenações, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar serviços técnicos e apoio logístico especializados às demais áreas do CBPF, na realização de projetos de instrumentação científica e tecnológica;
- III - desenvolver tecnologias para equipamentos e instrumentos científicos;
- IV - elaborar e realizar em articulação com as demais coordenações do CBPF a programação de manutenção e reposição de equipamentos e instrumentos de laboratórios;
- V - efetuar ou orientar a especificação de materiais, equipamentos e instrumentos de uso científico em consonância com as demandas das demais Coordenações;
- VI – promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - executar ou participar da realização de eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações; e
- VIII - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

CDI - À Coordenação de Documentação e Informação Científica compete:

- I - planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história do CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - manter uma biblioteca na área de física com acesso para o público externo;
- III - assessorar e orientar instituições científicas sobre seus acervos, bem como atender a demanda dos demais usuários internos e externos;
- IV - selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia de acordo com a política de aquisição do CBPF;
- V - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;
- VI - controlar e manter atualizadas as assinaturas de periódicos;
- VII - elaborar o inventário do acervo dentro da periodicidade estabelecida;
- VIII - aplicar os sistemas de classificação, tesouros e outros instrumentos próprios para a recuperação da informação, de acordo com as especificidades do acervo;
- IX - disseminar o acervo e divulgar publicações e os trabalhos específicos da física e áreas afins, assim como aqueles resultantes de eventos promovidos pelo CBPF;
- X - constituir e disseminar base de dados na sua área de atuação;
- XI - executar programa de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse da biblioteca;
- XII - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- XIII - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação; e
- XIX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CCI - À Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais compete:

- I - coordenar a estruturação e organicidade de projetos consorciados, nacionais ou internacionais, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar assessoria ao MCT na elaboração de protocolos e implantação de grandes estruturas institucionais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de atuação do CBPF;
- III - promover a articulação das Coordenações do CBPF com o MCT e demais entidades das diversas esferas de governo que possam colaborar no seu campo de atuação;
- IV - coordenar e supervisionar a realização dos eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações;
- V - colaborar com projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento nas áreas de atuação do CBPF;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - coordenar e supervisionar a seleção e o cumprimento das normas de concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI e outros programas com a mesma finalidade; e
- VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CFC - À Coordenação de Formação Científica compete:

- I - coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de Pós-Graduação existentes no CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - propor e acompanhar o cumprimento do calendário dos cursos de Pós-Graduação em articulação com as áreas de pesquisa, assim como organizar as disciplinas, definindo seus conteúdos de acordo com as linhas de pesquisa do CBPF;
- III - planejar, organizar e executar o processo seletivo para ingresso nos cursos de pós-graduação e distribuir as bolsas de estudo concedidas por órgãos governamentais;

- IV - instituir comissões e bancas para avaliação de candidatos e para julgamento de dissertações e teses;
- V - coordenar os programas de Iniciação e Vocação científica;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e
- VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CAD - À Coordenação de Administração compete:

- I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios, de acordo com as especificações do Plano Diretor Institucional;
- II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do CBPF;
- III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;
- IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;
- V - fornecer infraestrutura administrativa às diversas áreas do CBPF, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da coordenação;
- VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;
- VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;
- VIII - coordenar, elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos de sua área de atuação; e
- IX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SRH - Ao Serviço de Recursos Humanos compete:

- I - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares destinados a, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;
- III - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;
- IV - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;
- V - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e falecimento dos servidores;
- VI - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;
- VII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;

- VIII - controlar as atividades relativas a licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;
- IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- X - preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;
- XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes;
- XII - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;
- XIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo CBPF;
- XIV - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos pertinentes à sua área de competência; e
- XV - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SEF - Ao Serviço Financeiro compete:

- I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;
- III - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;
- IV - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;
- V - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;
- VI - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;
- VII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências porventura existentes;
- VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;
- IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externo;
- X - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;
- XI - dar suporte à elaboração da tomadas de contas;
- XII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e
- XIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SMP - Ao Serviço de Material e Patrimônio compete:

- I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;
- III - receber, conferir, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo CBPF;
- IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;
- V - prover as necessidades de material;

- VI - registrar e controlar os materiais em estoque;
- VII - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;
- VIII - zelar para que os materiais existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro;
- IX - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;
- X - preparar os processos de dispensa de inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;
- XI - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais de licitação;
- XII - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;
- XIV - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;
- XV - classificar, registrar, cadastrar e tomba bens patrimoniais;
- XVI - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;
- XVII - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;
- XVIII - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis;
- XIX - atestar o recebimento de materiais em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;
- XX - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, bem como de bens patrimoniais adquiridos, movimentados e nos quais foram efetuadas baixas; e
- XXI - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

SAA - Ao Serviço de Apoio Administrativo e Infraestrutura compete:

- I - elaborar o Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura da instituição, bem como o planejamento anual de recursos para a manutenção e enriquecimento da infraestrutura, incluindo, entre outros, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica e telefonia e rádio-chamadas;
- III - administrar as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes;
- IV - supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;
- V - coordenar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências do CBPF;
- VI - acompanhar e providenciar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
- VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto à operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos;
- IX - gerenciar a demanda de energia elétrica, de água e de outros insumos, introduzindo controle informatizado e promovendo ações para diminuir seus gastos; e
- XI - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (Ações específicas da unidade jurisdicionada no PPA):

CBPF - 4123 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS.

METAS

- Reforçar as áreas de pesquisa tradicionalmente desenvolvidas no CBPF, como Física de Altas Energias, Física Teórica, Cosmologia, Física da Matéria Condensada, Física de Sistemas Biológicos e Biomateriais, Física Aplicada, Física Computacional, Instrumentação Científica, etc, priorizando algumas linhas de pesquisa em que a instituição possa alcançar uma posição de liderança no cenário nacional;
- Estabelecer o CBPF como instituição de referência para a comunidade brasileira de Física, com atuação destacada na promoção de novos desenvolvimentos científicos, na consolidação e operação de grandes colaborações nacionais e internacionais, na especialização e fixação de novos pesquisadores e na implantação de laboratórios multiusuários abertos à comunidade; e
- Desenvolver novas áreas de atuação, tanto na pesquisa científica de fronteira como na tecnológica, incluindo implantação de infraestrutura científica adequada, que sejam relevantes para o desenvolvimento soberano e sustentável da ciência e tecnologia no País.

CBPF - 8989 - APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS

METAS

- Promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias.
- Coordenar as atividades de grupos atuantes em Física de Altas Energias e, em particular, as atividades associadas às grandes colaborações internacionais.

Sínteses das Realizações da Unidade em 2012 :

Os principais resultados das ações e atividades desenvolvidas para o cumprimento de tais objetivos são apresentados abaixo:

1. Publicações Científicas

Neste ano os grupos de pesquisa do CBPF publicaram 361 artigos científicos em periódicos de circulação internacional.

Os grandes destaques de 2012 na área de publicações foram a escolha do artigo "How do wave packets spread? Time evolution on Ehrenfest time scales", de Roman Schubert (Universidade de Bristol), Raúl Vallejos (CBPF) e Fabricio Toscano (IF-UFRJ), publicado no *Journal of Physics A*,

para fazer parte da coletânea *IOP Select (Institut of Physics¹)* por seus “substanciais avanços, alto grau de novidade e significativo impacto em futuras pesquisas” e a inclusão do artigo “*A simple description of cluster radioactivity*”, de autoria dos pesquisadores Odilon A. P. Tavares e Emil L. Medeiros, do CBPF, no número especial intitulado *Physica Scripta Highlights of 2012* da Real Academia de Ciências da Suécia que celebra as pesquisas mais relevantes publicadas no periódico no último ano.

Na área de História da Ciência e Divulgação científica, além de diversos artigos, também foram lançados mais quatro volumes da Coleção “Tópicos de Física”, que abrange, além de textos sobre a História da Ciência, temas clássicos e questões de fronteira da pesquisa em Física, projeto desenvolvido em parceria com a Livraria da Física da USP, e com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2. Formação de Recursos Humanos

Na área de Formação Científica, foram defendidas 19 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado no Programa de Pós-Graduação do CBPF. Como decorrência de tais teses e dissertações, foram publicados 39 trabalhos em periódicos internacionais. Destaquem-se, também, as negociações para estabelecimento de cooperação com a UERJ para oferta de cursos de pós-graduação.

A instituição recebeu 49 Pós-doutores não só do Estado do Rio, mas de outros estados e países tais como China, França, Alemanha, Espanha entre outros. O CNPq, a FAPERJ e a CAPES estão entre as instituições nacionais que financiaram a realização desses estágios de pós-doutoramento através da concessão de bolsas.

Ainda no que tange à formação de recursos humanos, o projeto "Laboratório Didático", instituído como uma meta voltada para a divulgação científica no PDU 2006-2010, desenvolveu novas experiências que já foram integradas ao Programa *Físico por Uma Tarde*. Este Programa recebeu 1000 estudantes de nível médio em 2012 e tem a perspectiva de manter o número em 2013. Nele, visitam o CBPF turmas de 40 estudantes de escolas de nível médio para passar uma tarde na instituição. O evento é dividido em 3 partes: palestra, realização de experimentos de Física Moderna em subgrupos de 12 estudantes e visita a 3 laboratórios do Centro. Além deste Programa, a instituição dispõe de um laboratório para desenvolvimento de experimentos didáticos e anualmente recebe professores de nível médio para cursos de aperfeiçoamento.

3. Organização de Eventos

O CBPF tem longa tradição na organização de encontros científicos nacionais e internacionais. Anualmente são promovidas diversas escolas e conferências, além de um grande número de palestras. Em 2012 foram organizados 8 eventos científicos de grande porte.

¹ O *Institut of Physics* é uma sociedade científica líder sem fins lucrativos com mais de 45 mil membros de todo o mundo que trabalham para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e de aplicações na área da Física.

4. Cooperações Nacionais e Internacionais

Em 2012 a instituição manteve cooperações formais com 35 instituições internacionais e 40 nacionais. Tais cooperações envolvem a promoção e participação em atividades científicas, tecnológicas e de ensino. O CBPF mantém colaborações com as principais instituições nacionais e internacionais entre as quais podemos citar USP, UFPE, LNLS, LNCC, FIOCRUZ, FERMILAB, CERN, TWAS, CNRS.

Entre os projetos de destaque em que grupos de pesquisa do CBPF têm tido e mantiveram em 2012 sólida atuação são o LHC (Grande Colisor de Partículas) no CERN, Suíça e o Projeto Double Chooz para detecção de neutrinos, em Chooz, França. Esse último está também vinculado a um outro projeto de grande relevância na área de Cooperações: o Projeto Neutrinos Angra. Na área de Cosmologia, o CBPF também tem tido importante atuação na área de Colaborações Internacionais participando de grandes experimentos em curso como os projetos *Dark Energy Survey* (DES) e *Sloan Digital Sky Survey - III* (SDSS).

5. Projetos Aplicados e Inovação

Em consonância com a política governamental, que tem buscado a transferência dos resultados da pesquisa para a indústria, e, em última instância, para a sociedade em geral, a unidade tem procurado investir nessa ação. Em 2012, além do depósito de 5 (cinco) patentes nacionais e 2 (duas) internacionais, 2 (duas) patentes internacionais foram submetidas nas diversas áreas de atuação da instituição:

PROCESSOS, PROTÓTIPOS, SOFTWARE E TÉCNICAS

1 - Patente Internacional - PCT- Número do depósito: BR2012/000355019120000182

Título: “Meio de conexão para conexão elétrica entre reatores e demais componentes de um sistema de iluminação e uso do referido dispositivo”.

Inventor: Marcos de Castro Carvalho.

2 - Patente Internacional - PCT- Número do depósito: BR2012/000518

Título: “Composto molecular para destruição seletiva de células de tumores sólidos”.

Inventor: Marcos de Castro Carvalho.

3 - Patente Internacional - PCT- Número de protocolo: 019120000178

Título: “Roto-evaporador com aquecimento magnético”.

Inventor: Carlton Anthony Taft.

4 - Patente Internacional - PCT- Número de protocolo: 019120000182

Título: “Ultracentrífuga de levitação magnética estabilizada por empuxo”.

Inventor: Carlton Anthony Taft.

5 - Patente Depositada - Número da Patente: BR 1020120266768

Título: “Sistema magnético de fixação e desprendimento de dispositivos médicos e próteses sobre a pele humana”.

Inventores: João Paulo Sinnecker (CBPF) e Michel Luciano Holger Toledano Vaena (Inventor Independente).

6 - Patente Depositada - Número da Patente: BR2020120266771

Título: “Sistema magnético de fixação e desprendimento de bolsas coletoras para ostomias”.

Inventores: João Paulo Sinnecker (CBPF) e Michel Luciano Holger Toledano Vaena (Inventor Independente).

7 - Patente Depositada - Número da Patente: BR1020120266768

Título: “Esmalte fungicida de largo espectro, fotocatalítico, para o tratamento das onicomicoses”.

Inventores: Marcos de Castro Carvalho (CBPF) e Gerson Silva Paiva (Inventor Independente).

8 - Patente Depositada - Número da Patente: BR1020120328992

Título: "Dispositivo autoperfurante com tratamento nanométrico de superfície para aplicação como implante ósseo".

Inventores: Alexandre Mello (CBPF), Alexandre Rossi (CBPF) e Vinicius Schott Gameiro (inventor independente).

9 - Patente Depositada - Número da Patente: PI 0302329-0

Título: "Nanomaterial superparamagnético e processo para obtenção / Adsorventes superparamagnéticos para remoção de metais em meios líquidos".

Inventores: Mitiko Yamaura, Ruth Luqueze Camilo (IPEN) e Luiz Carlos Sampaio.

10 - Protótipo

Título: “Dispositivo para desodorizar e esterilizar a atmosfera no interior de uma câmara de refrigeração”.

Inventor: Marcos de Castro Carvalho (CBPF).

11 - Protótipo

Título: “Meio de despoluir o ar eliminando bolores, leveduras, bactérias, vírus e ácaros, além de retirada de particulados e eliminando poluentes orgânicos, químicos e desodorizando por fotocatalise e adsorção e uso do referido dispositivo”.

Inventores: Marcos de Castro Carvalho (CBPF) e Gerson Silva Paiva (Inventor Independente).

12 - Protótipo

Título: "Dispositivo desumidificador de ambientes".

Inventor: Marcos de Castro Carvalho (CBPF).

13 - Processo

Título: "Nanocarboapatita não cerâmica e processo para sua produção".

Inventor: Alexandre Malta Rossi.

14 - Processo

Título: "Processo e equipamento para pulverização catódica assistida por campo magnético constante e radio frequência em toróide elíptico e recobrimentos nanoestruturados cristalinos de biocerâmicas".

Inventor: Alexandre Mello de Paula e Silva.

15 - Protótipo

Título: Módulo Programável para Instrumentação Científica – MOPI.

Responsáveis: Fernando Marcio Barcellos de Sousa (CBPF), Herman Pessoa Lima Júnior (CBPF), Pablo Diniz Batista (CBPF).

Descrição: O MOPI é um módulo eletrônico que pode ser utilizado para aquisição de dados, análise espectral, processamento digital de sinais, controle de experimentos, controle e monitoração de processos industriais. O módulo é baseado em um dispositivo lógico programável do tipo FPGA, o que permite processamento de sinais com paralelismo e em alta velocidade, na faixa de Mega Hertz. Um destaque tecnológico do projeto é a transmissão de dados em alta velocidade – 1GB/s – através do barramento PCI Express para qualquer computador pessoal. Três protótipos foram fabricados e no momento estão em testes elétricos no CBPF.

16 - Técnica

Título: Espectroscopia por Impedância Elétrica.

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF), Fernando Marcio Barcellos de Sousa (CBPF) e Herman Pessoa Lima Júnior (CBPF).

Descrição: A Espectroscopia por impedância elétrica consiste em submeter um sistema em análise a um sinal elétrico alternado com amplitude constante ao mesmo tempo em que a resposta do mesmo é monitorada. A ideia principal dessa técnica é que a frequência do sinal pode ser alterada para que a função de transferência possa ser obtida. Essa técnica pode ser utilizada para a caracterização de sensores baseados em ressonância, tais como ondas acústicas de superfícies, magneto-elásticos, ressonador de cristal de quartzo, acústicos, piezo-elétricos, sensores de circuito LC ressonante, etc. Medidas utilizando esta técnica em conjunto com um módulo desenvolvido também no CBPF já estão sendo realizadas para testes iniciais.

17 - Protótipo

Título: *Laser Diode Driver*.

Responsável: Pablo Diniz Batista (CBPF).

Descrição: Este trabalho tem como objetivo desenvolver parte da instrumentação científica necessária para a montagem de um interferômetro de Michelson. Este sistema pode ser utilizado em diversas aplicações em que fenômenos observados na natureza podem ser investigados tendo como princípio fundamental a interferência entre ondas eletromagnéticas. Este circuito eletrônico vem sendo desenvolvido por meio do microcontrolador PIC18F14K50 conectado a um circuito analógico responsável pela eletrônica de potência.

18 - Protótipo

Título: Detector de partículas ionizantes, com precisão micrométrica, baseado em dispositivo fabricado em substrato de Si.

Responsáveis: Herman Pessoa Lima Junior (CBPF), Gabriela Cerqueira Gomes (CBPF).

19 - Software

Título: “Simulador para espectrometria por fluorescência de Raios X e tomografia computadorizada usando computação de alto desempenho”.

Inventores: Marcelo Portes (CBPF), Luiz Fernando de Oliveira (UERJ).

Prêmios e Distinções

O CBPF recebeu o Prêmio Scival Brasil, concedido pela Editora Elsevier com o apoio da CAPES, por sua contribuição para o desenvolvimento científico do país no indicador Colaboração Internacional (institutos de pesquisa). Premiando já há alguns anos o trabalho e contribuição de pesquisadores, desde o ano passado a Elsevier se voltou para as instituições, universidades e centros de pesquisa, como forma de prestar seu reconhecimento às ações de governo, iniciativa privada, comunidade científica e sociedade civil que têm promovido o crescimento da pesquisa e da ciência brasileira, levando o país a um novo patamar de resultados nessa área.

Também merece destaque a indicação do pesquisador Constantino Tsallis para receber a honraria máxima - o *Aristion* - da Academia de Atenas pela excelência do seu trabalho científico, desenvolvido em torno da "Estatística de Tsallis". O Professor Tsallis também foi eleito membro da Conselho da Sociedade de Sistemas Complexos. Também devem ser ressaltadas a admissão do pesquisador João Carlos Costa dos Anjos como *Membro Correspondente* da Academia Mexicana de Ciências (AMC) como reconhecimento por sua colaboração e apoio a grupos mexicanos que atuam em Física Experimental de Altas Energias.

Ação 8989

Com relação à Ação 8989, vinculada à Rede Nacional de Física de Altas Energias, as principais ações implementadas em 2012 foram o apoio efetivo dos projetos selecionados pela rede e a avaliação da participação dos membros das instituições brasileiras nos mesmos.

Como grande destaque do ano da área de altas energias, que é objetivo principal dessa ação, tivemos o anúncio, por físicos atuando nas colaborações CMS e ATLAS² do CERN (Centro Europeu de Pesquisas Nucleares), de uma nova partícula, com características compatíveis com o almejado bóson de Higgs. Um grupo do CBPF integra a Colaboração CMS, um dos quatro experimentos do LHC (Grande Colisor de Hádrons), o maior acelerador de partículas do mundo. A identificação da partícula pode ser considerada a última peça do quebra-cabeça a integrar a teoria do Modelo Padrão, a mais completa teoria física já desenvolvida, que explica em detalhes como funcionam todas as partículas e forças da natureza, exceto a gravitação (que ainda é província

² Tanto o CMS (*Compact Muon Solenoid*) - Solenoide Compacto para Múons em Português - quanto o ATLAS (*A Toroidal LHC Apparatus*) - Aparato Toroidal do LHC - são detectores de partículas.

exclusiva da relatividade geral). Praticamente todas as proposições do Modelo Padrão já haviam sido experimentalmente confirmadas, exceto o bóson de Higgs. Embora ainda devam ser realizados mais estudos comparativos, as indicações até agora é de que se trata realmente do Higgs.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio são aqueles desenvolvidos pela coordenações de apoio e seus serviços. Para garantir o apoio técnico-administrativo à produção científica do instituto, além de uma Coordenação de Administração, existem duas coordenações: Atividades Técnicas - responsável pelo apoio e desenvolvimento da infraestrutura experimental e de computação - e Documentação e Informação Científica - responsável pela biblioteca e pela divulgação da produção científica e editorial da instituição.

A Coordenação de Administração reúne os serviços de Recursos Humanos, Financeiro, Administração e Apoio, e Material e Patrimônio, aos quais competem as atribuições estabelecidas no regimento interno da instituição.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da UJ são as outras unidades de pesquisa do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, as Instituições de Ensino Federais do Ministério da Educação e do Desporto e instituições de ensino e pesquisa de diversas partes do mundo. O CBPF mantém atualmente colaborações formais com 35 instituições internacionais e 40 instituições nacionais. O produto imediato dessas parcerias é a publicação de artigos em periódicos indexados no *Science Citation Index (SCI)* em que são apresentados os resultados das atividades de pesquisa desenvolvidas.

A instituição ainda mantém parceria incipiente com o setor privado. Ampliar essa parceria é uma das metas do Plano Diretor da Unidade em curso. Um dos resultados desse esforço é o aumento da submissão de pedidos de patente.

2 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

2.1 . PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Ação 4123 - Detalhamento:

O CBPF tem procurado ser um agente de estruturação mais ativo no enfrentamento dos fatores que dificultam o desenvolvimento da Física Brasileira, como o desequilíbrio entre atividades experimentais e teóricas, falta de instrumentos para participação efetiva em grandes projetos internacionais, baixa interação com o setor produtivo, expansão das atividades de pesquisa em áreas do país consideradas em emergência ou com pouco desenvolvimento.

Em 2005 foi realizado processo de planejamento estratégico que resultou no Plano Diretor para o período 2006-2010. Sua execução permitiu ampliar sua participação em grandes colaborações científicas internacionais, especialmente nos experimentos em Física de Altas Energias, implementar estratégias para a formação e fixação de novos pesquisadores, voltar-se para a expansão de sua infraestrutura de pesquisa, abrindo à comunidade laboratórios multiusuários, e

participar ativamente da articulação de grandes redes de alto desempenho de transmissão de dados. A instituição fortaleceu ainda seu programa de pós-graduação, ampliando a interação e colaboração com outros programas acadêmicos no Rio de Janeiro e reforçando as linhas de trabalho oferecidas pelo mestrado profissional em física com ênfase em instrumentação científica.

Em 2010 foi realizado novo processo de Planejamento Estratégico em que foram avaliados os resultados obtidos no período anterior e traçados novos objetivos e metas para o quinquênio subsequente (2011-2015). O resultado desse processo de Planejamento Estratégico está expresso no Plano Diretor da Unidade (PDU) cujo texto está disponível na página eletrônica da instituição (www.cbpf.br/PlanoDiretor).

Em 2012, com o início de uma nova gestão na instituição, foi feita uma revisão e adequação das metas do PDU (2011-2015) em que se procurou compatibilizar as ações da unidade com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI) 2012-2015, documento lançado pelo MCTI como instrumento norteador das políticas governamentais para a área, sem perder de vista as alterações do cenário social e econômico nacional e internacional.

Ação 8989 - Detalhamento:

A ação 8989 refere-se às atividades da Rede Nacional de Altas Energias – RENAFAE. A RENAFAE tem como objetivos principais promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias e constitui um esforço efetivo do MCTI para atender a demandas tradicionais da área de altas energias.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No ano de 2012 o CBPF impetrou todos os esforços para dar continuidade à melhoria das instalações físicas e infraestrutura de pesquisa da instituição e executar adequadamente as metas previstas no Plano Diretor. As ações das coordenações de pesquisa e de apoio são executadas tendo como base os objetivos, metas e projetos traçados no documento. Como forma de acompanhamento das ações são realizadas reuniões mensais de avaliação com os coordenadores e membros das coordenações e dos coordenadores e direção. A partir de tais avaliações são redefinidas as estratégias de atuação e/ou feitos os ajustes necessários motivados por questões internas e externas. Os principais objetivos estabelecidos para o ano foram:

Ação 4123

Objetivos específicos:

- Incrementar o número de artigos científicos publicados em periódicos internacionais indexados;
- Manter a meta de formação de 20 mestres/doutores ano e oferecer condições para a realização de estágios de pós-doutoramento na instituição.
- Promover a realização de conferências, *workshops*, encontros e exposições científicas;
- Manter e expandir cooperações científicas com instituições nacionais e internacionais;

- Produzir produtos entre processos, técnicas, *software* e protótipos que possam vir a ser transferidos para a indústria;
- Modernizar a infraestrutura física da instituição;

Ação 8989

Objetivos específicos:

- Apoiar efetivamente os projetos aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE).
- Realizar *workshop* com apresentação dos projetos na área de Física de Altas Energias a serem apoiados pela Rede.
- Realizar *workshop* de avaliação dos projetos apoiados visando à continuação ou não da concessão de apoio.

O Plano de ação da unidade para o exercício de 2012 envolvia, além da realização das atividades vinculadas à missão e à atividade-fim institucionais, o cumprimento das metas traçadas para o ano no Plano Diretor da Unidade para o período 2011-2015. As principais realizações concernentes a tais metas foram acima destacadas no item **Sínteses das Realizações da Unidade em 2012**. Abaixo, são apresentados alguns dos riscos e dificuldades enfrentados para a consecução das metas e objetivos estratégicos e as medidas implementadas visando à sua superação.

Dificuldades Internas ou Eventos Externos

A instituição tem-se empenhado para cumprir sua missão e alcançar os objetivos propostos, entretanto, a expansão de nossa atuação está indissociavelmente relacionada a um aporte de recursos maior do que o orçamento destinado ao CBPF, bastante comprometido com despesas vinculadas à manutenção de sua infraestrutura, assim como à solução definitiva das restrições abaixo mencionadas:

- Elementos conjunturais e restrições

Dificuldade Administrativa: A elevada faixa etária do quadro funcional nas três carreiras (pesquisa, desenvolvimento tecnológico e gestão), a demanda de implantação de novas linhas de pesquisa e a expansão das atividades previstas no PDU, para o período 2011-2015, tornam indispensável a renovação do quadro através da realização de concursos públicos. A deficiência de pessoal administrativo é de tal ordem que alguns serviços essenciais do CBPF, que só podem ser executados por servidores públicos, poderão em breve ter de ser descontinuados, paralisando a instituição. Do quadro de 143 servidores no ano de 2012, 37 já podem legalmente se aposentar, o que comprova a gravidade da situação na área de recursos humanos.

O quadro de servidores de gestão, além de reduzido, necessita de melhor capacitação.

Dificuldade Orçamentário-Financeira: o orçamento anual na rubrica custeio ficou aquém do necessário em aproximadamente R\$ 2.500.000,00. Este déficit foi corrigido através de Termos de Descentralização de Crédito (TDCs) feitos pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP), para atender várias demandas de pesquisa, possibilitando a utilização de recursos orçamentários para custear as despesas fixas.

No caso da RENAFEA (Ação 8989), o maior problema é a inadimplência em relação aos M&Os (Manutenção e Operação) – as instituições que participam das grandes colaborações pagam uma taxa de autoria por cada integrante – que atinge atualmente o valor de R\$ 2.000.000,00.

- Estratégias de Atuação para enfrentar as dificuldades

Dificuldade Administrativa: com relação à primeira dificuldade relatada, vinculada à deficiência de recursos humanos, no caso da área-fim, a estratégia para sua superação envolveu a utilização da cota do Programa de Capacitação Institucional - PCI/MCTI³ visando promover maior circulação de visitantes e a consequente oferta de cursos e realização de atividades de intercâmbio. Entretanto, conforme destacado acima, a situação é especialmente alarmante na área de gestão (área meio) para a qual a única solução seria a abertura de vagas em concurso público para ingresso de novos servidores. Em 2012, conforme relatado no item Introdução, foram realizados concursos públicos para 12 (doze) vagas na carreira de Pesquisa, 5 (cinco) vagas na carreira de Desenvolvimento Tecnológico e 2 (duas) vagas na carreira de gestão. O ingresso dos aprovados permitirá minorar as dificuldades, mas ainda é insuficiente para a expansão das atividades institucionais previstas no Plano Diretor e para a atuação do CBPF como instituto nacional de Física do MCTI.

Justificativa: A ação na área de pesquisa foi adotada por ser a única forma possível de garantir o nível de qualidade de atuação da unidade, tendo em vista que só podemos contratar profissionais para a área-fim através de concurso público. O ingresso dos candidatos aprovados se dará somente em 2013 e considerando o tempo necessário para adaptação e inserção nos grupos de pesquisa já existentes na instituição, os primeiros resultados só poderão ser observados a partir de 2014.

Quanto à questão da capacitação, na área de gestão, além de diversos treinamentos, foram continuados os cursos de Língua Inglesa, ministrados na própria sede da instituição. A empresa encarregada de ministrá-los foi selecionada e contratada através de processo licitatório.

Dificuldade Orçamentário-Financeira (c): A instituição tem procurado submeter projetos às agências financiadoras o que tem representado relevante aporte de recursos e permitido a aquisição de equipamentos e realização de reformas e a ampliação da infraestrutura institucional. Entretanto, quanto às despesas continuadas na rubrica custeio, a única solução no período em referência foi a submissão de Termos de Descentralização de Crédito à Subsecretaria de Unidades de Pesquisa (SCUP/MCTI) para atendimento de situações emergenciais. Com relação à infraestrutura, um novo cenário vem-se desenhando, já que a FINEP não apoiará mais projetos destinados à expansão e à modernização da infraestrutura física. Por essa razão, temos continuamente assinalado junto ao MCTI a necessidade de incremento na rubrica custeio.

Justificativa: Essa decisão foi tomada por ser a única forma viável de obter recursos além dos recursos orçamentários atribuídos à UJ através da Lei Orçamentária Anual.

³ O Programa de Capacitação Institucional é um programa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do CNPq que tem como objetivo permitir a capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a área técnica através da agregação temporária por meio de bolsas de longa ou curta duração.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES

Conforme mencionado, as metas e ações da unidade estão estabelecidas no Plano Diretor da Unidade para o período 2011-2015. Os resultados das ações se traduzem principalmente através de artigos publicados, dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação da Instituição, encontros científicos promovidos, número de pedidos de patente submetidos, número de colaborações com instituições de ensino e pesquisa brasileiras e estrangeiras. Esses resultados já foram mencionados na introdução e no item **Síntese das realizações no período**.

A unidade não oferece produtos diretos à sociedade, tendo em vista a especificidade de suas atividades. Os artigos publicados e os mestres e doutores formados representam uma possibilidade de modificação e alteração do contexto social a longo prazo.

Algumas metas específicas do Plano Diretor que não puderam ser cumpridas por conjunturas internas ou externas estão sendo reformuladas face tais condicionantes.

2.4 INDICADORES

INDICADORES DE RESULTADOS DE 2012 VINCULADOS ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA AÇÃO PREVISTAS NO PLANEJAMENTO PLURIANUAL 2012-2015

Utilidade: Os indicadores abaixo visam aferir o cumprimento das metas vinculadas às responsabilidades institucionais.

Tipo: Os dois indicadores abaixo são do tipo **Efetividade**.

Fórmula de Cálculo: Unidade: Artigo publicado/ Tese/ Dissertação defendida.

Método de Aferição: Extração de informações dos relatórios da Coordenação de Formação Científica e das Coordenações Científicas.

Área responsável pelo Cálculo: Diretoria

Resultados:

1) Artigos publicados em periódicos indexados: 361

2) Mestres e Doutores formados no ano na Pós-graduação da instituição: 12 Doutores e 15 Mestres em Física e 4 Mestres em Instrumentação Científica.

PRODUTO: ARTIGOS PUBLICADOS

META: 216/ ano

RESULTADO: 361/ano

ANO	2012
ARTIGOS	361
PESQUISADORES	55
MÉDIA	6,56

Figura 2: Produção Científica

Fonte: Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2012.

PRODUTO: MESTRES E DOUTORES

META: 20/ ano

RESULTADO: 31/ano

ANO	2012
DOUTORADO	12
MESTRADO	19
TOTAL	31

Figura 3: Formação de Recursos Humanos

Fonte: Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2012.

Análise de Desempenho:

Cumprimento de Metas Físicas:

A unidade tem se empenhado para o cumprimento das metas físicas estabelecidas no PPA, o que tem se traduzido na sua superação contínua. Esses resultados têm impulsionado a instituição a estabelecer novas metas e desafios. Conforme abaixo mencionado no item “Indicadores Institucionais”, além das metas físicas estabelecidas na LOA, outras metas e indicadores resultantes de um processo de Planejamento Estratégico realizado em 2010 - que deu origem ao “Plano Diretor da Unidade 2011-2015” - integram o Termo de Compromisso de Gestão Anual, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Cumpre destacar que as ações que integram o Plano Diretor e o Termo de Compromisso representam a expansão das ações da instituição no sentido de atuar como o instituto articulador das atividades de Física no país.

Ações que apresentaram problemas de Execução:

As dificuldades enfrentadas para o cumprimento das ações foram relatadas no item “II – Plano de Ação referente ao Exercício de 2012”, subitens - Elementos conjunturais e restrições e Estratégias de Atuação para enfrentar as dificuldades. Entretanto, tais dificuldades não impediram o cumprimento das metas.

INDICADORES INSTITUCIONAIS

(Esses indicadores estão vinculados ao Termo de Compromisso de Gestão firmado anualmente entre a instituição e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e foram elaborados conjuntamente).

De acordo com orientação do próprio Tribunal de Contas da União, estamos incluindo também neste relatório os indicadores que constam do Termo de Compromisso de Gestão – TCG⁴, em que

⁴ O Termo de Compromisso de Gestão é um instrumento distinto do Termo de Contrato de Gestão que regem as relações entre o MCTI e suas unidades denominadas Organizações Sociais – OS.

são estabelecidas metas a serem alcançadas pela instituição. O TCG é firmado anualmente entre o CBPF e o MCTI.

a) Utilidade e b) Tipo:

Os indicadores do TCG se dividem em quatro tipos, ambos devem ser classificados como:

1) Físicos e Operacionais → Tipo: Eficácia e Efetividade

2) Administrativos e Financeiros → Tipo: Eficácia e Efetividade

3) Recursos Humanos → Tipo: Eficácia e Efetividade

4) Inclusão Social → Tipo: Eficácia e Efetividade

Seguem abaixo a descrição e a fórmula de cálculo para cada indicador estabelecido no TCG firmado entre o CBPF e o MCTI.

c) Fórmula de Cálculo dos Indicadores

I – INDICADORES FÍSICOS E OPERACIONAIS

1 - Índice de Publicações (IPUB)

$$IPUB = NPSCI / TNSE$$

Unidade: publicações por técnico, com duas casas decimais.

NPSCI = Número de artigos efetivamente publicados em periódicos, com ISSN, indexados no SCI (*Science Citation Index*) no ano.

TNSE = Somatório dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com mais de doze meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

- 1. Os técnicos desse indicador deverão ser listados, em anexo, com seus respectivos cargos/funções.**
- 2. Essa variável é envolvida na definição de vários indicadores e não será repetida.**

2 - Índice Geral de Publicações (IGPUB)

$$IGPUB = NGPB / TNSE$$

Unidade: publicações por técnico, com duas casas decimais.

NGPB = Número de artigos efetivamente publicados em periódicos com ISSN indexados no SCI ou em outro banco de dados, adicionado ao número de artigos efetivamente publicados em revistas de divulgação científica nacional ou internacional, adicionado ao número de artigos completos efetivamente publicados em congressos ou eventos similares, nacionais ou internacionais adicionado ao número de capítulos de livros, no ano.

3 - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional (PPACI)

$$PPCI = NPPACI$$

Unidade: número de projetos e programas, sem casa decimal.

PPCI = Número de projetos, programas e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano.

4 - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional (PPACN)

PPACN = NPPACN

Unidade: número de projetos e programas, sem casa decimal.

NPPCN = Número de projetos, programas e ações desenvolvidos em parceria com instituições nacionais no ano.

5 - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos (PcDT)

$PcDT = NPTD / TNSE_t$

Unidade: número por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = Número total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.

$TNSE_t$ = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

6 - Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos (PPBD)

PPBD = PROJ / $TNSE_p$

Unidade: número de projetos por técnico, com duas casas decimais.

PROJ = Número de projetos

$TNSE_p$ = Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente a atividades de pesquisas , científicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas) com doze ou mais de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

7 - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas (IODT)

$IODT = (NTD*3) + (NDM*2) + (NME*1) / TNSE_o$

Unidade: número por técnico, com duas casas decimais

NTD = Número de Teses de Doutorado defendidas

NDM= Número de Dissertações de Mestrado defendidas

NME= Número de monografias de especialização defendidas

Pesos:

3 – doutorado (tese)

2 – mestrado (dissertações)

1 – especialização (monografia)

$TNSE_o$ = Considerar apenas os pesquisadores habilitados a orientar, ou seja, somente os doutores.

Obs.A orientação das dissertações e teses por pesquisadores da Unidade de Pesquisa pode se dar também em outras instituições que não a UP/MCTI.

8 - Índice de Trabalhos Publicados por Teses e Dissertações Defendidas no Ano (ITPTD)

ITPTD = NTP/ NT

Unidade: % com duas casas decimais

NTP = Número de trabalhos publicados gerados a partir de teses

NT = Número de teses defendidas na Pós-graduação do CBPF

9 - Número de Eventos Técnico-Científicos Organizados pelo CBPF (ETCO)

ETCO = NETCO

Unidade: número de eventos

NECO = Número de Eventos Técnico-Científicos Organizados pelo CBPF

10 - Número de Pós-docs no CBPF (PD)

PD = NPD

Unidade: número

NPD = Número de pós-docs

11 - Número de Pesquisadores Visitantes no Ano (PV)

PV = NPV

Unidade: número

NPV = Número de Pesquisadores Visitantes

II – INDICADORES ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

1 - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (APD)

APD = $[1 - (DM / OCC)] * 100$

Unidade: % sem casa decimal.

DM = Somatório das despesas com Manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de Manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano, e outras despesas administrativas de menor vulto, além daquelas necessárias à Manutenção das instalações, *campi*, parques e reservas que eventualmente sejam mantidas na UP.

OCC = Somatório das dotações de Outros Custeios e Capital, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhadas e liquidadas no período.

2 - Relação entre Receita Própria e OCC (RRP)

RRP = $RPT / OCC * 100$

Unidade: % sem casa decimal.

RPT = Receita Própria Total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa (fonte 150), as extra-orçamentárias e as que ingressam **via fundações de apoio e similares**, em cada ano, inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa, excluídos auxílios individuais e bolsas de produtividade concedidos diretamente aos pesquisadores.

OCC = Definido anteriormente.

3 - Índice de Execução Orçamentária (IEO)

IEO = $VOE / OCCe * 100$

Unidade: % sem casa decimal.

VOE = somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados.

*OCCe = Limite de empenho autorizado.

III – INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

1 - Índice de Investimentos em Capacitação e Treinamento (ICT)

ICT = $ACT / OCC * 100$

Unidade: % sem casa decimal

ACT = Recursos financeiros (próprios ou via fundações) aplicados em capacitação e treinamento no ano, incluindo despesas com passagens e diárias em viagens para participação em cursos, congressos, simpósios e eventos similares, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (para treinamento *on the job*).

OCC = Definido anteriormente.

Obs.

1. Excluem-se neste indicador os dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

2 - Participação Relativa de Bolsistas (PRB)

$PRB = NTB / NTS * 100$

Unidade: % sem casa decimal

NTB = Somatório dos bolsistas (PCI, RD etc.) existentes no CBPF

NTS = Número total de servidores em todas as carreiras.

3 - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado (PRPT)

$PRPT = NPT / NTS * 100$

Unidade: % sem casa decimal

NPT = Somatório do pessoal terceirizado existente no CBPF

NTS = Número total de servidores em todas as carreiras

IV – INDICADOR DE INCLUSÃO SOCIAL

1 - Programas e Projetos Diretos para a Sociedade (PDS)

$PPDS = NPPDS$

Unidade: Número

PPDS = Programas e projetos desenvolvidos voltados diretamente para a sociedade.

Informações Adicionais :

Método de aferição

A medição é realizada a partir das informações coletadas nos relatórios individuais, nos relatórios enviados pelas coordenações que integram o organograma institucional e no CBPFindex, sistema de coleta de dados desenvolvido e implantado pela instituição em 2006 (<http://CBPFindex.CBPF.br/>).

Área Responsável pelo Cálculo e pela Coleta de Dados

Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais. Responsável: Analista em Ciência e Tecnologia: Márcia de Oliveira Reis Brandão.

Resultados:

INDICADORES	Unid.	Peso A	Previsto B	Executado C	Varição D=C/B * 100	Nota E	Pontos F= A*E
FÍSICOS E OPERACIONAIS							
1 - Índice de Publicações (IPUB)	Pub/téc	3	3,0	5,2	173	10	30
2 - Índice Geral de Publicações (IGPUB)	Pub/téc	2	3,3	5,9	179	10	20
3 - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional (PPACI)	N °	2	33	35	106	10	20
4 - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional (PPACN)	N °	3	36	40	111	10	30
5 - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos (PcTD)	Nºped/ téc	1	1,0	1,3	130	10	10
6 - Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos (PPBD)	Nºproj/ téc	3	0,65	0,65	100	10	30
7 - Índice de Orientação de Dissertações/Teses Defendidas (IODT)	Nº/téc	2	1	1,2	120	10	20
8 - Índice de Trabalhos Publicados por Tese Defendida no ano (TPTD)	Nº/téc	1	1	1,3	130	10	10
9 - Eventos Técnico-Científicos Organizados pelo CBPF (ETCO)	Nº	2	60	65	108	10	20
10 - Número de Pós-Docs (PD)	Nº	3	45	49	109	10	30
11 - Número de Pesquisadores Visitantes (PV)	Nº	2	95	96	101	10	20
2 - ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS							
1 - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (APD)	%	2	40	23	58	2	4
2 - Relação entre Receita Própria e OCC (RRP)	%	1	30	30	100	10	10
3 - Índice de Execução Orçamentária	%	2	100	81	81	8	16
3 - RECURSOS HUMANOS							
1 - Índice de Investimentos em Capacitação e Treinamento (ICT)	%	2	1	0,82	82	8	8
2 - Participação Relativa de Bolsistas (PRB)	%	-	24	26	108	10	-
3 - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado (PRPT)	%	-	41	45	110	10	-
4 - INDICADOR SOCIAL							
1- Programas e Projetos Diretos para a Sociedade (PSDS)	Nº	2	7	8	114	10	10
TOTAIS (PESOS E PONTOS)		33				168	288
NOTA GLOBAL(TOT. PONT/TOT. PESOS)						87	

Figura 4: Metas e Resultados Quantitativos do Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o CBPF e o MCTI para 2012

Cálculo da Nota: se 'D' ≥ 90, a nota é 10; se for ≥80 e <90, a nota é 8; se for ≥70 e <80, a nota é 6; se for ≥60 e <70, a nota é 4; se for ≥50 e <60, a nota é 2; e se for <50, a nota é 0.

Conforme demonstram os resultados alcançados, o CBPF obteve desempenho considerado “**Bom**”, segundo os “Procedimentos de Avaliação de Desempenho” estabelecidos no texto do Termo de Compromisso de Gestão.

Com relação aos indicadores em que a meta não foi 100% atingida ou ultrapassada, seguem as justificativas:

INDICADORES ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Indicador 1 – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

Justificativa: Como destacado em relatórios anteriores, as despesas com Manutenção e contratos continuados consomem grande parte do orçamento institucional.

Medida a ser implementada: A instituição tem procurado minorar essa questão com a submissão de projetos às agências financiadoras que têm permitido investir especialmente na ampliação e modernização da infraestrutura de pesquisa.

Indicador 3 - Índice de Execução - IEO

Justificativa: Considerando-se os processos de empenho em andamento, alcançaremos 100% de execução orçamentária em 2012. Destacamos, ainda, repasses orçamentários concedidos pela SCUP que não constavam da previsão inicial, o que gerou variação no resultado da meta. Cumpre assinalar que esses repasses foram essenciais para a ampliação e manutenção das atividades institucionais.

Medida a ser implementada: Temos procurado agilizar as compras necessárias, mas a demora na aprovação dos processos de licitação pela NAJ-AGU e os próprios prazos de entrega das empresas que vencem as licitações atrasam o cumprimento da meta. A descentralização de recursos adicionais pelo Ministério também alterou o resultado previsto, embora tenha sido essencial para a realização de diversos projetos institucionais.

INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

Justificativa: A restrição à concessão de diárias e passagens impactou a realização de cursos por parte de servidores, assim como a realização de viagens para intercâmbio científico por pesquisadores e tecnólogos. Seria interessante contar com o apoio do MCTI para aqueles servidores que desejassem realizar cursos de especialização de longa duração em suas áreas de atuação.

Medida a ser implementada: No caso em que são necessárias viagens para realização de cursos a única solução é estabelecer prioridades, pois a unidade não tem governabilidade sobre os recursos quando esses são restritos.

Fonte: Informações extraídas do Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2012.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O CBPF não dispõe em sua estrutura de um órgão de controle interno ou de auditoria que emita recomendações, assim como de Diretoria Estatutária e/ou Conselhos de Administração e Fiscal, embora as ações institucionais tenham acompanhamento direto da Direção, do Comitê Assessor Científico - COCI e dos Comitês Supervisores das Coordenações.

Essas instâncias de acompanhamento, termo mais adequado do que controle, considerando-se a especificidade das atividades da instituição, têm como base normativa:

- Portaria Ministerial nº 638 de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição;
- Portaria CBPF nº 10 de 24 de Outubro de 2001 que institui o Comitê Assessor Científico; e
- Portaria CBPF nº 24 de 01 de dezembro de 2004 que aprova o Regimento Interno do Comitê Assessor Científico.

A forma de atuação de tais instâncias se dá através de reuniões mensais em que as ações e procedimentos das áreas-fim e meio são apresentados e discutidos e soluções e redirecionamentos são propostos quando necessário, visando à consecução dos objetivos e metas traçados para o período.

Quadro A.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise Crítica: o quadro reduzido de servidores sem reposição impede o estabelecimento de vários procedimentos e rotinas de controle, embora existam instâncias de acompanhamento conforme relatado na introdução desse item.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Na nova sistemática do PPA 2012-2015, os programas são do governo, cabendo aos órgãos setoriais a responsabilidade pela consecução dos objetivos que compõem cada programa. No caso do MCTI, seus 33 objetivos estão distribuídos em 11 programas temáticos, que buscam refletir na programação do PPA, o que está posto na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI.

Não há vinculação expressa no PPA entre as responsabilidades da Unidade Jurisdicionada e o objetivo, uma vez que os objetivos são de responsabilidade do órgão 24.000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Programa, o objetivo e a iniciativa não possuem metas financeiras. A ação orçamentária é o único elemento na estrutura programática que possui metas físicas e financeiras. Pelas razões expostas, estão aqui detalhadas as informações sobre as AÇÕES DO PPA DE RESPONSABILIDADE DO CBPF.

4.1.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Conforme já mencionado, as responsabilidades da unidade estão vinculadas a duas Ações que integram Programa Governamental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão ao qual a UJ está diretamente vinculada. A unidade não é responsável por nenhum programa.

PROGRAMA: 2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Objetivo: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Quadro A.4.1 – Ações Vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	Ação: 10.24101.19.571.2021.4123 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					
Descrição	Pesquisa em Física Teórica e experimental: desenvolvimento e formação de recursos humanos altamente especializados (mestres e doutores) na área de Física e Instrumentação Científica.					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.068.054,00	4.068.054,00	4.045.094,54	3.562.495,98	16.032,67	1.063.349,84	4.430.220,60
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Artigo publicado	Unidade	216	361	4.175.000,00	4.045.094,54

Fontes: Informações extraídas do Sistema de Informação Gerencial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação SIGMCTI e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Ação - 4123 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS.

- Principais Atividades da Ação:

- I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações;
- II - criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais;
- III - estabelecer intercâmbio científico;
- IV - prestar serviços técnicos especializados;
- V - desenvolver e comercializar produtos e tecnologias gerados pelo CBPF;
- VI - divulgar e manter um acervo de documentação e biblioteca especializada.

- Vinculação com o Plano Plurianual:

A ação, conforme previsto no Planejamento Plurianual 2012-2015, envolve cinco atividades:

- 1 - Manutenção da Infraestrutura Institucional
- 2 - Geração e Disseminação de Conhecimento Científico
- 3 - Formação de Recursos Humanos
- 4 - Revitalização da Física Experimental
- 5 - Modernização e Ampliação da Infraestrutura Computacional

Tais atividades estão em consonância com as competências regimentais estabelecidas no Art. 5º do Regimento Interno do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, publicado no Diário Oficial da União de 1 de outubro de 2007.

Quadro A.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	Ação: 10.24101.19.571.2021.8989 - Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Física de altas Energias.					
Descrição	Organização da pesquisa científica na área de Física de Altas Energias no país; consolidação de uma eficaz participação em colaborações internacionais de porte, através da criação de redes de pesquisa com objetivos e prioridades bem definidas, duração determinada e supervisão pelo Ministério; estruturação da Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE).					
Iniciativa	017W - Expansão do número de Laboratórios multiusuários e de redes de ciência, tecnologia e inovação nas unidades de pesquisa do MCTI					
Unidade Responsável	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
950.000,00	950.000,00	950.000,00	878.167,95	3.238,93	148.887,44	1.020.680,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto desenvolvido	Unidade	3	3	1.000.000,00	950.000,00

Fontes: Informações extraídas do Sistema de Informação Gerencial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação SIGMCTI e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Ação - 8989 – APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS

- Principais Ações do Programa:

- 1 - Apoio efetivo às atividades dos projetos selecionados.
- 2 - Realização de Workshop com os resultados alcançados pelos projetos eleitos para serem apoiados pela Rede.
- 3 - Seleção de projetos que serão apoiados pela RENAFEA no próximo exercício.

- Áreas da Unidade Responsáveis pela Condução das Ações

- Direção da Unidade 2012: Fernando Lázaro Freire Júnior (a partir de 16/12/2011), Coordenação de Física Experimental de Altas Energias; Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais e Coordenações de Apoio (Cf. Item 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL)

Análise Crítica:

Principais Problemas e Resultados

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas atingiu os resultados previstos referentes às metas físicas da Lei Orçamentária, conforme informações constantes dos **Quadros A.4.1 e A.4.2**, as ações sob a responsabilidade da unidade estão vinculadas a impactos de longo prazo para a sociedade brasileira. O desenvolvimento de pesquisas de alto nível na área da física, incluindo a área de física de altas energias, especialmente beneficiada pela Ação 8989, contribui para inserir o país no cenário internacional de países de ponta na pesquisa e na produção de tecnologias. Essas conquistas traduzem-se em benefícios para a sociedade, podemos citar como exemplo, a submissão de pedidos de patente na área de tratamento de câncer e produção de biocompósito de liberação controlada de substância antimicrobiana.

Quanto aos recursos humanos permanentes, como já mencionado, a idade média do quadro de servidores do CBPF é bastante alta e a instituição tem solicitado constantemente a abertura de novas vagas visando o atendimento de suas demandas atuais e de novos projetos previstos no Plano Diretor.

Apesar da realização do concurso público em 2012 e da implementação de medidas visando à capacitação, a deficiência de recursos humanos é particularmente preocupante considerando o número de aposentadorias previsto ainda para os próximos anos e a necessidade de pessoal para atender usuários externos em seus laboratórios multiusuários.

Destaque-se, também, que apesar do contínuo esforço do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para incrementar os recursos orçamentários de nossa instituição, a expansão da atuação da UJ tem sido impactada, haja vista que os projetos relevantes demandam recursos financeiros superiores ao orçamento a ela destinado na Lei Orçamentária Anual, já bastante comprometido com despesas vinculadas à manutenção de sua infraestrutura e aos contratos continuados.

Visando minorar tais dificuldades, conforme aqui relatado, e também em relatórios anteriores, a instituição tem procurado submeter projetos às chamadas públicas da FINEP, principal órgão público financiador da pesquisa científica no país, em diversas áreas da pesquisa em Física. Tais recursos, entretanto, se destinam prioritariamente à modernização e expansão da infraestrutura física da instituição. Destacamos, também, instrumentos de apoio como o Programa de Capacitação Institucional (PCI), que têm permitido a fixação temporária de jovens pesquisadores (bolsas para estágios de pós-doutoramento) e a circulação de visitantes de instituições nacionais e internacionais, fortalecendo o intercâmbio científico.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro A.4.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO	24101	240120

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.2 - Programação das Despesas

4.2.2.1 Programação das Despesas Correntes

Quadro A.4.4 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	NA	NA	NA	NA	-	-	
	PLOA	NA	NA	NA	NA	10.474.760,00	11.125.000,00	
	LOA	NA	NA	NA	NA	10.364.283,00	9.701.000,00	
CRÉDITOS	Suplementares	NA	NA	NA	NA	2.117.400,22	2.484.880,00	
	Especiais	Abertos	NA	NA	NA	NA		
		Reabertos	NA	NA	NA	NA		
	Extraordinários	Abertos	NA	NA	NA	NA		
		Reabertos	NA	NA	NA	NA		
Créditos Cancelados		NA	NA	NA	NA			
Outras Operações		NA	NA	NA	NA			
Total		NA	NA	NA	NA	12.481.683,22	12.185.880,00	

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.2.2 Programação das Despesas de Capital

Quadro A.4.5 – Programação de Despesas de Capital

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	0,00	NA	NA	NA	NA	
	PLOA	1.553.000,00	1.600.000,00	NA	NA	NA	NA	
	LOA	1.553.000,00	1.553.000,00	NA	NA	NA	NA	
CRÉDITOS	Suplementares		905.695,00	690.063,00	NA	NA	NA	NA
	Especiais	Abertos			NA	NA	NA	NA
		Reabertos			NA	NA	NA	NA
	Extraordinários	Abertos			NA	NA	NA	NA
		Reabertos			NA	NA	NA	NA
	Créditos Cancelados				NA	NA	NA	NA
Outras Operações				NA	NA	NA	NA	
Total		2.458.695,00	2.243.063,00	NA	NA	NA	NA	

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Quadro A.4.6 - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	NA	NA	
	PLOA	10.474.760,00	11.125.000,00	1.553.000,00	1.600.000,00	NA	NA	
	LOA	10.364.283,00	9.701.000,00	1.553.000,00	1.553.000,00	NA	NA	
CRÉDITOS	Suplementares		2.117.400,22	2.484.880,00	905.695,00	690.063,00	NA	NA
	Especiais	Abertos				-	NA	NA
		Reabertos					NA	NA
	Extraordinários	Abertos					NA	NA
		Reabertos					NA	NA
	Créditos Cancelados						NA	NA
Outras Operações						NA	NA	
Total		12.481.683,22	12.185.880,00	2.458.695,00	2.243.063,00	NA	NA	

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.2.4 Análise Crítica

O orçamento anual na rubrica custeio ficou aquém do necessário em aproximadamente R\$ 2.500.000,00 para o pagamento de despesas fixas. Este déficit foi ocasionado pela diferença entre o aprovado pelo Congresso Nacional e a PLOA e pelo aumento na renovação de alguns contratos com empresas prestadoras de serviço, além da inflação em despesas fixas. No entanto, esta diferença acabou sendo coberta mais uma vez com recursos providos pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) através de Termos de Descentralização de Crédito (TDCs) para atender várias demandas de pesquisa, possibilitando a utilização de recursos orçamentários para custear as despesas fixas. É importante ressaltar que essa dificuldade poderá se repetir em 2013, tendo em vista o corte orçamentário.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas : Verificar ANEXO I.

4.2.4 – Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução Orçamentária com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.8 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	5.753.303,07	4.515.621,19	5.485.875,34	4.353.156,92
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	5.753.303,07	4.515.621,19	5.485.875,34	4.353.156,92
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	5.742.517,29	4.852.216,77	5.155.391,46	4.850.726,26
g) Dispensa	5.549.097,96	4.683.451,24	5.092.065,06	4.681.960,73
h) Inexigibilidade	193.419,33	168.765,53	63.326,40	168.765,53
3. Regime de Execução Especial	22.328,88	56.870,12		56.870,12
i) Suprimento de Fundos	22.328,88	56.870,12	22.328,88	56.870,12
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	77.247,44	293.534,44	77.247,44	293.534,44
j) Pagamento em Folha	49.792,83	222.688,57	49.792,83	222.688,57
k) Diárias	27.454,61	70.845,87	27.454,61	70.845,87
5. Outros	146.140,70	213.160,30	146.140,70	213.160,30
6. Total (1+2+3+4+5)	11.741.537,38	9.931.402,82	10.864.654,94	9.767.448,04

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

Quadro A.4.9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
319013 - Encargo Patronal	15.719,69	16.208,96	15.719,69	16.571,15	0,00	0,00	15.719,69	16.571,15
319008 - Outros Benefícios	14.654,93	25.907,79	14.654,93	25.907,79	0,00	0,00	14.654,93	25.907,79
319096 - Ressarc. P. Requisitado	0,00	180.571,82	0,00	180.571,82	0,00	0,00	0,00	180.571,82
319001- Proventos	19.418,21	-	19.418,21	0,00	0,00	0,00	19.418,21	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>2º elemento de despesa</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3º elemento de despesa</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>Demais elementos do grupo</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
3. Outras Despesas Correntes								
339030 - Material de consumo	793.682,02	1.037.109,81	638.534,35	872.481,35	164.628,46	112.571,02	668.869,96	1.002.381,80
339037 - Locação de mão-de-obra	5.098.909,73	4.304.859,03	5.098.909,73	4.253.382,11	51.476,92	20.286,08	5.150.386,65	4.111.517,66
339039 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	3.475.084,09	3.804.778,64	2.953.985,05	3.003.723,35	846.866,50	306.912,49	3.587.337,22	3.231.509,60
Demais elementos do grupo	73.469,69	541.983,02	727.199,69	541.983,02	327.667,68	2.421,79	1.132.638,90	541.983,02

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
449051 - Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	56.717,83
449052- Equip. e Mat. Permanente	1.448.139,02	1.546.705,60	1.366.719,94	1.168.255,60	378.450,00	769.495,91	1.673.261,31	1.901.516,01
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	27.115,98	6.294,40	26.765,78	6.294,40	0,00	0,00	26.765,78	6.294,40
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2º elemento de despesa	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
3º elemento de despesa	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Demais elementos do grupo	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2º elemento de despesa	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
3º elemento de despesa	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Demais elementos do grupo	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores
em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	297.644,74	3.033,00	54.589,85	3.033,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	297.644,74	3.033,00	54.589,85	3.033,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	2.659.420,39	3.710.552,92	988.674,34	3.709.395,92
g) Dispensa	2.500.913,39	3.654.638,47	988.674,34	3.653.481,47
h) Inexigibilidade	158.507,00	55.914,45	0,00	55.914,45
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	39.213,33	53.956,62	0,00	53.956,62
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	39.213,33	53.956,62	39.213,33	53.956,62
5. Outros	26.816,76	0,00	26.816,76	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	3.023.095,22	3.767.542,54	1.070.080,95	3.766.385,54

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.4.2.2 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.11– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	2.117.400,22	1.994.738,79	803.686,90	1.186.894,45	677.748,37	166.298,90	1.377.048,95	1.188.571,08
339030 - Material de consumo	869.525,23	868.912,94	176.429,28	566.923,75	285.753,62	78.231,33	448.437,26	642.264,01
339037 - Locação de.Mão.Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.052,70
339039 - Out. Serv. Terc. P. Jurídica	908.400,96	907.571,79	291.283,59	406.216,64	387.494,75	88.067,57	588.137,66	499.254,37
Demais elementos do grupo	339.474,03	218.254,06	335.974,03	213.754,06	4.500,00	0,00	340.474,03	0,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
449051 - Obras e Instalações	0,00		0,00	0,00	0,00	42.609,07	0,00	98.784,82
449052- Equip. e Mat. Permanente	861.195,00	3.853.895,59	250.597,38	2.319.777,25	1.414.524,58	751.978,29	1.598.690,16	3.048.588,59
449039 - Software	44.500,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.410,43
Demais elementos do grupo	0,00	42.089,83	0,00	36.410,43	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

4.2.4.2.3 Análise Crítica

1) Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não houve nenhuma alteração significativa no exercício.

2) Contingenciamento

A gestão orçamentária não foi afetada por contingenciamento.

3) Eventos negativos/positivos

Apesar do empenho da instituição em executar totalmente o orçamento, vários itens não puderam ser executados financeiramente devido a atrasos na entrega de equipamentos, por diferentes empresas, principalmente em processos de importação, e na conclusão de obras, devido a intempéries e serviços mal executados.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.5.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	168.350,71	0,00	170.300,10	7.890,00
2011	187.869,21	0,00	185.919,82	0,00
2010	115.102,00	0,00	115.102,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	3.798.772,46	376.448,56	3.300.155,34	122.168,56
2011	2.227.674,81	170.959,41	2.042.267,85	14.447,55
2010	1.659.798,67	136.415,01	1.523.383,66	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI:

- A execução do RP é realizada no ano subsequente da inscrição.
- O saldo de R\$ 7.890,00 de Restos a Pagar Processados refere-se a despesas de 2011 de Restos a Pagar não-processados liquidados.

5.1.2 Análise Crítica

O saldo a pagar de Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS refere-se a processos que se encontram na pendência do fornecimento de bens e serviços pelas contratadas. Estão sendo impetradas as ações cabíveis para a execução/fornecimento de tais bens/serviços. Essas empresas também serão cadastradas como más fornecedoras, visando a evitar futuras contratações. Além disso, o montante não é excessivo, por esta razão, tais RPs não impactarão de forma decisiva a gestão financeira da Unidade.

5.2 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI									
CNPJ: 04.044.443/0001-35					UG/GESTÃO: 240120/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	TDC 001/2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-UFRN	606.600,00	6.100.000,00	606.600,00	1.730.000,00	JUL/2011	DEZ/2012	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)									

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.3 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF					
CNPJ:	04.044.443/0001-35					
UG/GESTÃO:	240120/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	1	0	606.600,00	1.123.400,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	1	0	606.600,00	1.123.400,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

5.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF					
CNPJ: 04.044.443/0001-35		UG/GESTÃO: 240120/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0,00	0,00	0,00
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	0,00	606.600,00	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0,00	1	0,00
		Montante Repassado	0,00	1.123.400,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0,00	0,00	0,00
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

5.2.4 Análise Crítica

A unidade não teve transferência via convênio ou contrato de repasse. A única transferência se deu via Termo de Descentralização de Crédito (TDC) com base no Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que abriga o Instituto Internacional de Física, no âmbito das Portarias Ministeriais que regem o Programa das Entidades Associadas (Portaria MCT nº 510, de 12 de agosto de 2008 & Portaria MCT nº 613, de 23 de julho de 2009). A prestação de contas enviada pela UFRN, foi encaminhada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que a acatou.

5.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.5 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
240120	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	-	1.195,67	25.511,67	26.707,34

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Nota Explicativa: A soma de R\$ 25.511,67 corresponde a:

Pagamento de faturas de dezembro de 2011 com vencimento em janeiro de 2013: R\$ 5.270,18 + pagamentos de faturas no exercício de 2012: R\$ 20.241,49.

5.3.1.2 Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.6 - Despesa por com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	240120	Limite de Utilização da UG		26707,34	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALEXANDRE SILVA COSTA	631.091.027-49	3.055,39	58,00	2.997,39	3.055,39
CARLOS MAGNUS DE OLIVEIRA	410.006.847-68	9.588,45	295,00	9.293,45	9.588,45
OCTACÍLIO COSTA CARVALHO	608.598.497-34	8.012,19	842,67	7.169,52	8.012,19
ROSANGELA M. CASTRO	552.298.917-38	233,70	0,00	233,70	233,70
NILTON ALVES JUNIOR	542.312.997-49	800,00	0,00	800,00	800,00
MONICA RAMALHO SILVEIRA	001.600.977-03	5.017,61	0,00	5.017,61	5.017,61
Total Utilizado pela UG			1.195,67	25.511,67	26.707,34

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Nota Explicativa:

A composição do valor de R\$26.707,34 corresponde aos seguintes movimentos:

Pagamento de faturas referentes a dezembro de 2011, pagas em 2012	(-) 5.270,18
Faturas de dezembro de 2012 a pagar em janeiro de 2013	(+) 890,70
Depósito efetuado com valor referente à devolução de saque não utilizado conforme 2012RA000011, do servidor Octacílio Costa Carvalho	(+) 1,00
Depósito com valor maior referente à devolução de saque não contabilizado como receita	(+) 0,02
TOTAL MODALIDADE DE LICITAÇÃO: SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE 2012	R\$22.328,88

5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ**A.5.7 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	0,00	8	1.195,67	32,00	25.511,67	26.707,34
2011	-	0,00	13	1.188,26	65,00	55.681,86	56.870,12
2010	-	0,00	20	3.950,06	65,00	50.540,93	54.490,99

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos**Quadro A.5.8 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC Aguardando Análise	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC em Análise	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC não Aprovadas	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00
PC Aprovadas	-	0,00	-	0,00	-	-	22	22.328,88	46	56.870,12	37	54.490,99

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

5.3.1.5 Análise Crítica

Conforme recomendação da CGU, e de acordo com as normas que regem o uso do Cartão Corporativo, esse tem sido utilizado para suprir necessidades especiais. Os valores mais altos, aqueles referentes aos cartões utilizados pelos servidores Carlos Magnus de Oliveira e Octacílio Costa Carvalho, dizem respeito especialmente às despesas eventuais do setor de Apoio Administrativo (SAA), cuja tarefa primordial é a manutenção da infraestrutura predial da instituição. Considere-se que as instalações do CBPF são bastante antigas e, além das necessidades de manutenção usuais, reparos constantes também são necessários. No caso dos gastos da servidora Mônica Ramalho Silveira, ela desempenha a função de secretária da Coordenação de Física Aplicada, uma das coordenações com maior número de laboratórios experimentais, daí a necessidade de aquisição de produtos e equipamentos emergenciais. As despesas realizadas através desse instrumento são acompanhadas mensalmente pelos Coordenadores das áreas e pelo Serviço Financeiro (SEF) através das prestações de contas apresentadas, conforme exigido em Lei, e estão disponíveis no site www.comprasnet.gov.br.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	138	138	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	138	138	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	138	138		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2		
4. Total de Servidores (1+2+3)	140	140	0	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	15	15	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	15	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	15	15	0	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	5	11	29	63	31
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	11	29	63	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	5	11	29	64	32

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	1	3	25	30	53	6	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	3	25	30	53	6	58
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em Comissão	-	-	-	-	2	1	3	-	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	1	3	-	9
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	1	3	27	31	56	6	67
<p>LEGENDA : Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.</p>									

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.3 Demonstração de Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	7.324.642,08	0,00	5.972.124,42	5.413.507,42	595.306,43	945.586,33	5.036,33	112.282,52	250.365,20	20.618.850,73
	2011	8.410.689,38	0,00	11.759.617,44	1.011.852,52	0,00	910.379,24	2.900.629,83	0,00	0,00	24.993.168,41
	2010	6.362.464,92	0,00	2.363.408,13	1.379.754,26	139.755,41	954.467,75	2.991.041,27	8.000,00	0,00	14.198.891,74
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	866.535,44	970.855,08	225.881,28	545.502,01	48.364,60	81.483,65	92.922,34	1.483,85	7.918,46	2.840.946,71
	2011	729.180,67	362.115,72	197.553,20	1.415.976,09	50.972,00	65.819,95	0,00	0,00	0,00	2.821.617,63
	2010	10.179.239,56	0,00	977.631,78	0,00	0,00	0,00	927.622,66	8.000,00	0,00	12.092.494,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Serviço de Recursos Humanos e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	78	5
1.1 Voluntária	75	5
1.2 Compulsória	2	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	40	0
2.1 Voluntária	26	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	12	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	118	5

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	1	0
1.1. Integral	1	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	1	0
3. Total (1+2)	2	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Considerando-se os fatos relatados no Parecer nº 1348/2012/CONJUR-MCTI/CGU/AGU da Consultoria Jurídica do MCTI, embora não se trate de Acumulação Indevida conforme acima referido, cumpre destacar a investigação acerca de possível incidência em conflito de interesses por parte de servidor aposentado deste Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas- CBPF, o Dr. Alberto Passos Guimarães Filho, em convênios celebrados entre a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP e o Instituto Ciência Hoje - ICH, quando, sem afrontar seu regimento jurídico de trabalho, o mesmo exercia cargo de direção junto ao ICH paralelamente ao cargo de Pesquisador do CBPF.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A direção do CBPF instituiu Comissão de Sindicância através da Portaria CBPF nº 13, de 06 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço MCTI nº 05, de 15 de março de 2013 para apurar os fatos relatados no Parecer acima mencionado.

Destaque-se que, tendo em vista os fatos por ela apurados e apresentados em Relatório encaminhado ao Diretor do CBPF, concluiu-se que "Como bem salientado pela Corregedoria Setorial na Nota Técnica de fls. 03/06, para a caracterização do conflito de interesses é preciso saber se as atribuições inerentes ao cargo que o Dr. Alberto exercia junto ao CBPF podiam, de alguma forma, influenciar, de fato, na celebração dos convênios. No entanto, as informações constantes dos autos são inconsistentes para a formação de tal juízo, pois não restou demonstrado que a autonomia da FINEP em aprovar a celebração dos convênios fora comprometida em algum momento em função de suposta influência do Dr. Alberto nos processos simplesmente por este ser servidor do então MCT". Estes fatos levaram à conclusão final de que: "estão (estavam) ausentes subsídios fáticos suficientes para enquadrar a conduta do servidor aposentado em apreço ao disposto no art. 117, inciso XVIII, da Lei nº 8112/1990, já que suas atividades não se revelaram incompatíveis com o exercício de seu cargo de Pesquisador e tampouco com o horário de trabalho junto ao CBPF."

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	5	6	6	5
Concessão de pensão civil	2	1	2	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	7	7	8	6

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

Quadro A.6.10 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	5	0	0
Concessão de pensão civil	1	1	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	1	6	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No caso das carreiras de gestão e técnica, para aferir a produção dos servidores, a instituição utiliza uma ficha de avaliação instituída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

No caso das carreiras de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico, o desempenho é avaliado com base na Portaria CBPF nº 25 de 02 de dezembro de 2004 e na Lei nº 8.691 de 28 de julho de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 29/07/1993, que rege o Plano de Carreiras do MCTI, estabelecendo as atividades a serem desempenhadas pelos diversos níveis das carreiras.

O nível de absenteísmo na instituição é irrelevante.

Desde 2005 foram normatizadas e disponibilizadas as regras de segurança e implantadas políticas para sua divulgação o que faz com que acidentes de trabalho sejam bastante reduzidos.

Um aspecto já ressaltado no presente relatório é a necessidade de maiores investimentos na capacitação especialmente na área de gestão. Tendo em vista a elevada faixa do quadro de servidores na área de gestão, a maior parte já no último nível do plano de carreira, seria necessário também um maior estímulo para que esses realizassem cursos de aperfeiçoamento e atualização.

Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

A idade média do quadro de servidores do CBPF é bastante alta e a instituição tem solicitado constantemente a abertura de novas vagas visando ao atendimento de suas demandas atuais e de novos projetos previstos no Plano Diretor para o quinquênio 2011-2015.

A situação dos quadros de pesquisa, técnico e administrativo é bastante grave. Há grande carência de servidores considerando-se especialmente as metas estabelecidas visando à ampliação da atuação da unidade e as aposentadorias ocorridas nos últimos exercícios, assim como as previstas para os próximos anos. Em 2012 dois servidores da área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico faleceram e três pesquisadores se aposentaram. A reposição de tais servidores é essencial para que possamos manter e expandir as atividades da instituição que vem se orientando cada vez mais para ser o instituto aglutinador e propulsor das atividades em Física no país.

Como mencionado, em 2012 foram realizados concursos públicos para doze vagas para Pesquisador-Adjunto (carreira de Pesquisa), cinco para Técnico (carreira de Desenvolvimento Tecnológico) e duas – das quais somente uma foi preenchida – para Analista em C&T (carreira de Gestão e Infraestrutura). A instituição não foi contemplada com nenhuma vaga para o cargo de Tecnologista (carreira de Desenvolvimento Tecnológico), e nenhuma para o cargo de Assistente (carreira de Gestão e Infraestrutura), o que agravou bastante a situação.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.11- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS														
UG/Gestão: 240120/00001							CNPJ: 04.044.443/0001-35							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	L	E	006/2012	11.305.804/0001-15	16/10/2010	18/06/2013	-	30	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	009/2011	00.332.833/001-50	17/10/2011	17/06/2012	30	30	-	-	-	-	-	E
2011	V	O	017/2011	03.007.660/0001-92	01/01/2012	01/01/2013	-	17	-	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Serviço de Material e Patrimônio subordinado à Coordenação de Administração da UJ.

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.12 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF													
UG/Gestão: 240120/00001							CNPJ: 04.044.443/0001-35						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	11	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/06/2013	-	15	-	-	-	-	p
2008	11	O	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2013	-	27	-	27	-	3	A
Observações:													
LEGENDA				<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizês 12. Outras 													

Fonte: Serviço de Material e Patrimônio subordinado à Coordenação de Administração da UJ.

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.13 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	2	2	1	10.502,27
1.1 Área Fim	2	2	2	1	10.502,27
1.2 Área Meio	0	0	0	0	-
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	0	0	0	0	-
3. Total (1+2)	2	2	2	1	10.502,27

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração da UJ

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS

1. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos do CBPF:
Decreto nº 6.403, de 17 de Março de 2008.
2. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Os veículos de propriedade do CBPF são utilizados somente para transporte institucional (passageiros, documentos e materiais). A disponibilidade de veículos permite agilizar procedimentos pertinentes e necessários às atividades institucionais como transporte de equipamentos, visitantes, etc. A relação custo/benefício tem sido satisfatória.

3. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

A instituição dispõe de cinco veículos para uso institucional.

4. Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida no item 3 supra:

Aproximadamente 20.000 km cada veículo.

5. Idade média da frota, por grupo de veículos:

Fiat Doblô – 2005
Peugeot Boxer – 2010/2011
Kia Bongo – 2010/2011
Renault Sandero – 2012
Renault Sandero – 2012

Idade média = 4,2 anos

6. Custos associados à manutenção da frota (gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Manutenção: R\$ 688,00
Combustível: R\$ 15.299,35
Seguros: R\$13.150,00

7. Plano de substituição da frota:

Não possuímos plano de substituição da frota.

8. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O CBPF sempre possuiu frota própria de veículos e esse modelo sempre demonstrou ser eficiente, econômico e adequado às necessidades institucionais.

9. Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Utilização de boletim diário de tráfego, controle de combustível e controle de gastos com manutenção dos veículos.

OBS: A instituição NÃO contrata veículos de terceiros.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	1	1
	RIO DE JANEIRO	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com Manutenção
240120	6001002875005	11	3	7.479.523,81	16/05/2012	29.477.826,04	-	521.150,43
Total							-	521.150,43

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

OBS: Por orientação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) os dois prédios onde a Instituição desenvolve suas atividades foram unificados, passando a ter um único RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) tendo em vista poderem ser considerados um único *campus*.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|---|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Administração Federal Direta |
| 3 – Cessão – Administração Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |

- 7 – Comodato
- 8 – Disponível para Alienação
- 9 – Em processo de Alienação
- 10 – Em regularização – Cessão
- 11 – Em regularização – Entrega

- 18 – Irregular – Outros
- 20 – Locação para Terceiros
- 21 – Uso em Serviço Público
- 22 – Usufruto Indígena
- 23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom
- 3 – Bom
- 4 – Regular
- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim
- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

Análise Crítica: Os dois prédios que integram o bem imóvel (*campus*) sob a responsabilidade da instituição são bastante antigos e exigem manutenção constante. No último quinquênio, graças a recursos orçamentários e a submissão de projetos à FINEP foi possível realizar diversas obras estruturais. Entretanto, o espaço físico é insuficiente para a expansão prevista das atividades da UJ. Além disso, outro grave problema é a situação da biblioteca: o peso do acervo está provocando danos à estrutura do prédio que a abriga. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não autorizou a construção de um novo prédio para a biblioteca no terreno ocupado pela instituição.

A direção do CBPF está buscando alternativas para a solução deste problema, através da negociação para a cessão de uma área no *campus* da UFRJ para construção de um prédio que abrigaria parte do acervo, especialmente, os livros e periódicos antigos com pouca utilização. Nessa área também seria expandido o Laboratório Multiusuário de Nanociências e Nanotecnologia.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro A.8.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.

2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input checked="" type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input checked="" type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input checked="" type="checkbox"/>	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input checked="" type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input checked="" type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input checked="" type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Consideramos as questões sobre a política de gestão da Tecnologia da Informação adequadas.	

Fonte: Coordenação de Atividades Técnicas (CAT)

8.2 Análise Crítica

Embora até o fim do exercício em referência não houvesse formalizado na Unidade um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação, as atividades dessa área, sob a chancela da Coordenação de Atividades Técnicas (cf. Item 3. Organograma Funcional), seguem as normas estabelecidas no Regimento Interno do CBPF (Portaria Ministerial Nº 638 de 27 de setembro de 2007).

Os objetivos e metas da área estão expressos no Plano Diretor da Unidade para o período 2011-2015 disponível em item CBPF/Plano Diretor. (www.cbpf.br).

Destaque-se que, através da Portaria nº 18, de 26 de março de 2013, a ser publicada no próximo Boletim de Serviço do MCTI, foi instituído o Comitê de Tecnologia da Informação, com a atribuição de decidir sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Informações sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? A unidade já utiliza procedimentos preconizados para o descarte de resíduos químicos, baterias, lâmpadas fluorescentes. 					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Embora a unidade se empenhe em adquirir produtos dentro dos padrões especificados nesses itens, nem sempre é possível atendê-los devido à especificidade dos produtos adquiridos (por exemplo componentes e materiais para a pesquisa) e às próprias exigências legais dos processos licitatórios. No caso de produtos de limpeza, a norma é		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
observada.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). A justificativa acima também se aplica a esse item.		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? A afirmativa foi considerada parcialmente inválida pois só se aplica nos casos de contratação para descarte de resíduos sólidos, produtos químicos e lâmpadas.		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Apesar da entrada em operação de novos equipamentos de pesquisa de grande porte, o aumento de consumo de energia foi insignificante (cf. Quadro A.9.2). No caso do consumo de água, a substituição de torneiras por modelos automáticos permitiu a redução do consumo e consequentemente da despesa.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel e copos. Apesar de termos iniciado o uso de papel e copo reciclado na unidade, ainda consideramos baixa a porcentagem de sua utilização, por essa razão, assinalamos a resposta “parcialmente inválida”, além disso, nesse item, não houve alteração significativa desde o exercício anterior.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim. Os dois veículos adquiridos no exercício são da modalidade flex (podem utilizar gasolina ou álcool) e com motor de 1.000 cilindradas (mais econômico).					X
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Conforme mencionado em resposta à Solicitação de Auditoria Número: 201203679/005, consideramos especialmente nessa resposta a questão da recarga dos cartuchos. A instituição procurou adquirir cartuchos tipo refil ou recarga, entretanto, eles causaram danos às impressoras, o que levou a gastos adicionais ao invés de economia não só financeira, mas também dos próprios recursos naturais, haja vista que foi necessário adquirir outros para substituí-los e reparar as máquinas danificadas. Como alternativa, o CBPF providenciou, na licitação, copiadoras ligadas em rede, com o objetivo de reduzir drasticamente a utilização de cartuchos para impressora, fazendo uso de copiadora também para impressão.		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais através da conta CBPFnews. 					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais através da conta CBPFnews e reuniões internas nas coordenações e serviços. 				x	
Considerações Gerais: Desde 2006 foi designado pela Direção do CBPF um responsável pela área de Engenharia de Segurança de Trabalho. No âmbito das atividades dessa área foram implantadas uma série de medidas denominadas "Boas Práticas" e que contemplam vários itens ligados à gestão ambiental. Também estão disponíveis na INTRANET do CBPF Relatórios, Manuais e Procedimentos a serem adotados no manuseio e armazenagem de compostos químicos. Além disso, outras medidas têm sido adotadas pelo Serviço de Apoio e Administração (SAA) como substituição de aparelhos de ar condicionado pelo modelo <i>split</i> ; de torneiras tradicionais por modelo automático, uso de reatores mais econômicos e luminárias que utilizam lâmpadas econômicas.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Ações ligadas aos Programas A3p, Procel EPP e PEG	2006			Redução de utilização de recursos e consequentemente das despesas.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	2021rm	2751rm	580rm	25.565,65	31.361,40	4.886,20
Água	3451,38m ³	13.079,00m ³	3.800,00m ³	56.331,24	180.120,85	48.646,14
Energia Elétrica	3.770.621kw	3.545.130kw	3.348.708kw	1.619.402,32	1.893.593,04	1.420.778,42
			Total	1.701.299,21	2.105.075,29	1.474.310,70

Fonte: Serviço de Apoio Administrativo(SAA), Serviço de Material e Patrimônio(SMP) e Sistema de Administração Financeira (SIAFI)

OBS: A partir de 2011 a instituição passou a cobrir as despesas de papel dos eventos científicos promovidos pelo CBPF. Essa despesa anteriormente era incluída nos projetos submetidos às Agências Financiadoras. Em 2011 foram feitas diversas obras de infraestrutura o que acarretou grande consumo de água, já regularizado no ano de 2012.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU no período. Entretanto, a Controladoria-Regional da União no Rio de Janeiro, Órgão de Controle Interno, fez as seguintes recomendações à Unidade Jurisdicionada, conforme Notas de Auditoria referentes ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203679:

- Especificar objetivamente, nos editais/termos de referência dos certames realizados, os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos pelas empresas licitantes, em cada caso, conforme aplicabilidade e viabilidade, abstendo-se de incluí-los de forma genérica. Prazo de cumprimento: 31/12/2012.

- Constituir a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, conforme preceitua o artigo 5º do Decreto nº 5.940/2006. Prazo para atendimento: 31/07/2012.

- Implantar uma efetiva separação de resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, na forma estabelecida no Decreto nº 5.940/2006. Prazo para atendimento: 31/07/2013.

- Aprimorar o fluxo interno de informações na Unidade, de modo a que as informações fornecidas no próximo Relatório de Gestão do CBPF reflitam a real situação da UJ, especialmente no que se refere aos controles internos. Prazo para atendimento: 30/04/2013.

- Estabelecer formalmente rotina para a execução de despesas com o CPGF, que preveja:

- o estabelecimento prévio do limite de utilização e o valor para cada portador de cartão de pagamento;
- a necessidade de especificação, caso a caso, da situação que justificou o uso do CPGF, dentro dos critérios definidos; e
- a limitação do valor para despesas excepcionais e de pequeno vulto, independentemente da classificação contábil.

Prazo para atendimento: 31/07/2012.

- Nos casos em que não haja excepcionalidade como, por exemplo, para manutenção preventiva de veículos, planejar adequadamente as necessidades e realizar o devido processo licitatório ou a dispensa de licitação, conforme o caso, abstendo-se de utilizar o CPGF. Prazo para atendimento: 31/07/2012.

- Buscar orientações, junto ao MCTI, sobre a atribuição de fiscalização dos objetos pactuados e de análise das prestações de contas, no que se refere aos Termos de Cooperação inerentes ao Programa de Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI. Prazo para atendimento: 31/07/2012.

- Caso as fiscalizações e análise das prestações de contas sejam atribuições do CBPF, estabelecer a rotina para realização de tais atividades, bem como providenciar a estrutura necessária à sua execução (pessoal, material, equipamentos, etc). Prazo para atendimento: 31/12/2012.

- Estabelecer rotina/procedimento de cadastramento de atos no SISAC, considerando ainda a conveniência de alocar um servidor para a função, de modo a cumprir os prazos estabelecidos pelo TCU. Prazo para atendimento: 31/07/2012.

- Formalizar a criação do comitê de TI, com a atribuição de decidir sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade. Prazo para atendimento: 31/07/2012.

- Realizar estudo sobre as necessidades de recursos humanos de TI no CBPF, especialmente na Coordenação de Atividades Técnicas – CAT, e encaminhá-lo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de modo que esse fique ciente da carência de pessoal de TI no CBPF. Prazo para atendimento: 31/12/2012.

10.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quatro das onze recomendações do Órgão de Controle Interno CGU/Regional RJ no exercício foram cumpridas, conforme quadro a seguir desdobrado por recomendação.

Quadro A.10.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Recomendações do OCI (CGU-Regional/RJ)					
Recomendações Expedidas pelo OCI (CGU-Regional/RJ)					
Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/001	2	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição das Recomendações:					
Constituir a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, conforme preceitua o artigo 5º do Decreto nº 5.940/2006. Prazo para atendimento: 31/07/2012.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração (CAD)					N/A
Síntese da Providência Adotada					
O Diretor elaborou uma portaria visando atender à recomendação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Portaria nº 45, de 14 de setembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço do MCTI nº19, de 14/10/2011.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A instituição mantém, até o fim de 2012, convênio com a Cooperativa QUITUNGO, localizada em Brás de Pina, RJ, para coleta seletiva de papel e papelão. Está em curso novo processo licitatório para essa área. Também está sendo feito contato com a ONG - CDI - Comitê para Democratização da Informática - para produtos a serem reciclados na área de informática.					

Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/002	1	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição das Recomendações:					
1) Buscar orientações, junto ao MCTI, sobre a atribuição de fiscalização dos objetos pactuados e de análise das prestações de contas, no que se refere aos Termos de Cooperação inerentes ao Programa de Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI. Prazo para atendimento: 31/07/2012.					
2) Caso as fiscalizações e análise das prestações de contas sejam atribuições do CBPF, estabelecer a rotina para realização de tais atividades, bem como providenciar a estrutura necessária à sua execução (pessoal, material, equipamentos, etc). Prazo para atendimento: 31/12/2012.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria (DIR)					N/A
Síntese da Providência Adotada					
O Diretor do CBPF expediu ofício ao MCTI buscando as orientações em questão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O Ofício nº 329/2012/SEXEC/MCTI, expedido em 13/07/2012, informou que o CBPF é responsável pelo acompanhamento técnico do projeto por ele proposto, e, ao final, pela apresentação à Secretaria-Executiva da documentação que comprove a sua realização. Por meio do Ofício nº 2112/2012, a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura esclareceu que não recebe descentralização de crédito da UFRN.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Foi estabelecida a rotina exigida. O CBPF designou Comissão que fiscalizou <i>in loco</i> as atividades do IIF da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A prestação de contas referente ao 1o TDC foi analisada pela Coordenação de Administração do CBPF e encaminhada ao setor responsável no MCTI que a acatou.					

Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/005	1	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição das Recomendações:					
Formalizar a criação do comitê de TI, com a atribuição de decidir sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade. Prazo para atendimento: 31/07/2012.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria (DIR)					
Síntese da Providência Adotada					
Portaria nº 18, de 26 de março de 2013, a ser publicada no próximo Boletim de Serviço do MCTI.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ainda não há resultados obtidos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
De acordo com o Coordenador de Atividades Técnicas, Marcelo Portes de Albuquerque, área responsável pelas atividades de TI, os servidores estão com acúmulo de tarefas ligadas à área-fim, por essa razão, ainda não foi elaborado o PDTI da unidade. Como mencionado acima, em março de 2013 foi criado o Comitê de TI, com a atribuição de decidir sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade. Cumpre destacar que embora essa estrutura não estivesse formalizada, a instituição já segue rotinas preconizadas para a área. No caso da segurança da informação, por exemplo, estão disponibilizadas na Intranet do CBPF Normas de Uso da Rede.					

10.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Recomendações do OCI (CGU-Regional/RJ)					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/001	1 e 2	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição das Recomendações					
<p>1) Especificar objetivamente, nos editais/termos de referência dos certames realizados, os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos pelas empresas licitantes, em cada caso, conforme aplicabilidade e viabilidade, abstendo-se de incluí-los de forma genérica. Prazo de cumprimento: 31/12/2012.</p> <p>2) Implantar uma efetiva separação de resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, na forma estabelecida no Decreto nº 5.940/2006. Prazo para atendimento: 31/07/2013.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração (CAD)					N/A
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>No que se refere à Recomendação 1, o Coordenador de Administração informou que acata a versão revisada de todos os editais/termos de referência, que passam pelo crivo da análise jurídica da Advocacia Geral da União – AGU, com a verificação do modo e da pertinência da inclusão dos critérios de sustentabilidade em cada caso.</p> <p>Quanto à Recomendação 2, que está no item 2 da Nota em referência, o prazo para atendimento ainda não se esgotou, portanto as providências cabíveis ainda estão em andamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Sem comentários.					

Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/003	1	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição da Recomendação					
<p>1) Estabelecer formalmente rotina para a execução de despesas com o CPGF, que preveja:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o estabelecimento prévio do limite de utilização e o valor para cada portador de cartão de pagamento; - a necessidade de especificação, caso a caso, da situação que justificou o uso do CPGF, dentro dos critérios definidos; e - a limitação do valor para despesas excepcionais e de pequeno vulto, independentemente da classificação contábil. <p>Prazo para atendimento: 31/07/2012.</p> <p>2) Nos casos em que não haja excepcionalidade como, por exemplo, para manutenção preventiva de veículos, planejar adequadamente as necessidades e realizar o devido processo licitatório ou a dispensa de licitação, conforme o caso, abstendo-se de utilizar o CPGF. Prazo para atendimento: 31/07/2012.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração/Serviço de Material de Patrimônio (CAD/SMP)	N/A
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Embora o estabelecimento de rotina tenha sido efetivado, a formalização do trabalho ainda está em processo de elaboração.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Como mencionado, as rotinas para uso do CPGF já foram estabelecidas. O CBPF segue as regras prescritas pelo Governo Federal para sua utilização. As especificações, segundo informações do Serviço Financeiro do CBPF, integram as prestações de conta que estão disponíveis no sítio: www.comprasnet.gov.br .	

Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/004	1	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição da Recomendação					
Estabelecer rotina/procedimento de cadastramento de atos no SISAC, considerando ainda a conveniência de alocar um servidor para a função, de modo a cumprir os prazos estabelecidos pelo TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração/Serviço de Recursos Humanos (CAD/SRH)					N/A
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Escassez de recursos humanos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fator negativo, escassez de recursos humanos, que prejudicou o cumprimento da recomendação, não só se mantém inalterável como tem-se agravado ao longo do tempo devido à elevada faixa etária do quadro de gestão. Infelizmente, o MPMO não parece sensível a essa situação, tendo alocado somente duas vagas para a área em concurso público realizado em 2012.					

Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/005	2	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição da Recomendação					
Realizar estudo sobre as necessidades de recursos humanos de TI no CBPF, especialmente na Coordenação de Atividades Técnicas – CAT, e encaminhá-lo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de modo que esse fique ciente da carência de pessoal de TI no CBPF. Prazo para atendimento: 31/12/2012.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Atividades Técnicas - CAT					N/A
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Escassez de recursos humanos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Com o Comitê de TI recém-criado, pretende-se cumprir essa recomendação.					

Ordem	Processo	Nota de Auditoria	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012036 79	00218.000537/201 2-76	201203679/006	1	N/A	N/A
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação					Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					1988
Descrição da Recomendação					
Aprimorar o fluxo interno de informações na Unidade, de modo a que as informações fornecidas no próximo Relatório de Gestão do CBPF reflitam a real situação da UJ, especialmente no que se refere aos controles internos. Prazo para atendimento: 30/04/2013.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria (DIR)					
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Observando-se que o prazo de atendimento estipulado ainda não se esgotou, a ação correspondente ao cumprimento da recomendação está em processo de elaboração.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Cf. informações do texto de introdução do item 3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.					

10.2. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93

10.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	NA	NA	NA
	Entregaram a DBR	NA	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	NA	NA	NA
	Entregaram a DBR	NA	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	15
	Entregaram a DBR	-	-	15
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Serviço de Recursos Humanos subordinado à Coordenação de Administração

10.2.2 Análise Crítica

A unidade tinha no exercício de 2012 apenas 15 servidores em cargos comissionados que, segundo a Lei nº 8.730/93, estão obrigados a entregar a Declaração de Bens e Rendas. O Serviço de Recursos Humanos (SRH), subordinado à Coordenação de Administração, é o órgão responsável por receber e guardar as Declarações de Bens e rendas (DBRs). Foi disponibilizada, àqueles que desejassem, a opção pela autorização eletrônica para acesso à base de dados da Receita Federal.

A DBRs são mantidas sob a guarda do SRH que guarda sigilo não só sobre as informações nelas contidas, mas também sobre quaisquer assuntos que o exija relativos aos servidores da UJ.

10.3. DECLARAÇÃO SOBRE INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

10.3.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Conferir ANEXO II.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Procedimentos operacionais relativos à reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Em consideração à Resolução n.º 1.136/2008 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC de 21 de novembro de 2008, que aprova as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 16.9, NBC T 16.10 que estabelecem critérios e procedimentos para o registro contábil da Depreciação, Amortização e Exaustão, a Macrofunção n.º 02.03.30, do Manual SIAFI, que estabelece as diretrizes para realização da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e a orientação sobre registro de depreciação encaminhada por Comunicação SIAFI nº 2009/1299579, da STN/CCONT, foram definidos critérios para a realização da reavaliação de bens móveis e a determinação metodológica interna a ser desenvolvida:

I – Reavaliação: adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes, quando estes forem superiores ao valor contábil. Na impossibilidade de se estabelecer o valor de mercado, o valor do ativo permanente pode ser definido com base em parâmetros de referência, que considerem características, circunstâncias e localizações assemelhadas.

II – Redução ao valor recuperável (*impairment*) – reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento

sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetuam normalmente.

III – Valor da reavaliação ou da redução do ativo a valor recuperável – diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico.

IV – Mensuração: ato de constatação de valor monetário para itens do ativo ou passivo, expresso em processo de evidenciação dos atos e fatos da gestão, revelado mediante a aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises tanto qualitativas quanto quantitativas.

V – Avaliação: atribuição de um valor monetário a itens do ativo ou passivo, cuja obtenção decorreu de julgamento fundado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, o processo de evidenciação dos atos e fatos da gestão.

VI - Valor de mercado ou valor justo - valor pelo qual pode ser intercambiado um ativo ou cancelado um passivo, entre partes conhecidas ou interessadas, que atuam em condições independentes e isentas.

VII – Valor residual – o valor pelo qual se espera vender um bem no fim de sua vida útil, com razoável segurança, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

VIII – Vida útil – o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera retorno de um bem.

IX - Custo de aquisição de um bem - soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocar o bem em condição de uso.

X – Valor depreciável, amortizável e exaurível - o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

XI – Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

XII - Depreciação - a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

XIII – Amortização - a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

XIV – Exaustão - a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

Foi designada uma Comissão interna, através da Portaria nº 29 de 2 de maio de 201, composta por servidores públicos federais que serão responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos de reavaliação e depreciação acima descritos. A depreciação será realizada com base nos valores obtidos na reavaliação. Quando couber, os integrantes da comissão deverão registrar na depreciação acumulada na conta do ativo 14290.00.00, a importância total por conta contábil, dos valores que se originarem da aplicação dos percentuais a seguir relacionados, de acordo com as taxas anuais constantes da IN SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, alterada pela IN SRF nº 130, de 10 de novembro de 1999:

Instalações.....	10%
Móveis e Utensílios.....	10%
Veículos.....	20%
Computadores e Periféricos.....	20%

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC Ts 16.9 e 16.10, no resultado apurado no exercício.


A mudança de critério no âmbito da Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações estabelecida para o exercício de 2010, determinou o real valor dos bens patrimoniais ativos e a consequente avaliação patrimonial dos bens.

O *valor bruto contábil*, valor do bem registrado na contabilidade em uma determinada data sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada não refletia contabilmente a realidade dos fatos. Com as mudanças na contabilidade do setor público, com vistas à melhoria da informação contábil, os registros espelham de modo fidedigno a situação patrimonial, um dos aspectos importantes para a apresentação da real situação patrimonial e critério de avaliação de ativos, que permite a quantificação fiel dos recursos controlados.

11.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena do Contador

QUADRO A.11.1 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI		240120	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	28/03/2013
Contador Responsável	 RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA	CRC n.º	CRC/RJ 08212/O-6

12 OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ainda sob a vigência do Plano Diretor 2011-2015 – a íntegra do documento encontra-se na página eletrônica da unidade (www.cbpf.br) –, oriundo de Planejamento Estratégico realizado em 2010, a instituição segue consolidando sua atuação enquanto promotor de conhecimento inovador e ao, mesmo tempo, procurando desenvolver suas aplicações e enfrentar os novos desafios que se colocam.

O ano de 2012 foi marcado pela nova gestão da unidade. No final de 2011, houve a seleção de seu novo diretor, via sistemática de Comitê de Busca instituído pelo Ministro, de modo que aquele iniciou efetivamente seu mandato em 2012. Esse processo de transição não impactou os resultados obtidos pela unidade no que tange aos indicadores tradicionais, entretanto, a execução de algumas metas foi postergada. Não obstante, já em 2012 o CBPF alcançou conquistas importantes, como a realização de concurso público, que resultou no preenchimento de doze vagas na área de pesquisa, uma na área de gestão e três na área técnica. Destaca-se também que o CBPF obteve desempenho considerado “Bom”, segundo os “Procedimentos de Avaliação de Desempenho” estabelecidos no texto do Termo de Compromisso de Gestão.

De acordo com a "Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015", a instituição se alinha a um dos grandes eixos do documento, denominado "sociedade do conhecimento", que prevê uma sociedade mais justa para cuja construção a ciência e a inovação desempenham papel determinante.

Entre as linhas de ações definidas para o alcance dessa meta pelo Ministério, e que permanecem vigentes, uma das mais relevantes é fazer com que as atividades de pesquisa tenham maior impacto sobre o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, sócioeconômico do país. Uma das ações já implementadas nesse sentido é a formação de redes nacionais de pesquisa, visando estreitar a cooperação entre as Unidades do MCTI e também permitir sua inserção em grandes projetos de alcance internacional em diversas áreas de atuação. Nesse sentido, cumpre destacar a atuação da unidade tanto na área de inovação e instrumentação científica no exercício de 2012, com um elevado número de pedidos de patente, quanto sua atuação na formação de redes de pesquisa, atualmente o CBPF é órgão gestor da RENAFAE, do LABNANO e integra a NANOTOX, além de abrigar o Instituto Nacional de Sistemas Complexos - INCT-SC e de integrar o Instituto Nacional de Informação Quântica - INCT-IQ, todas áreas consideradas estratégicas para a ampliação e consolidação do desenvolvimento do país.

Dando continuidade também às ações implementadas no período anterior e que integram o plano em curso, o CBPF continuará avançando na criação de laboratórios multiusuários que venham atender não só demandas internas, mas também de outras unidades e instituições de pesquisa com viabilidade de gerar tecnologias que possam ser transferidas para a indústria e a sociedade.

O Plano Diretor para esse quinquênio concentra-se nesse objetivo, estabelecendo prioridades e metas relevantes, em um cenário que se encontra sob sua governabilidade. No entanto, para de fato cumprir as metas e objetivos propostos, é necessário aumentar substancialmente os recursos humanos da instituição (o número de servidores recém ingressados no quadro da instituição, pelo concurso realizado em 2012, ainda é insuficiente), manter a expansão de seu orçamento verificada no período anterior e ter consolidadas as iniciativas de ampliação institucional previstas no PDU 2011 – 2015.

ANEXO I

- **Quadro A.4.7 - Movimentação Orçamentária por grupo de Despesa**

Quadro A.4.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240102	19122	49.792,83	0,00	0,00
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240121	2000	0,00	0,00	14.855,40
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240123	2000	0,00	0,00	7.182,31
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240128	2000	0,00	0,00	26.313,57
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240126	2000	0,00	0,00	117.293,95
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240127	2000	0,00	0,00	686,59
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240113	7306	0,00	0,00	44.500,00
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240126	4124	0,00	0,00	11.455,45
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240128	4126	0,00	0,00	152.500,55
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240127	4128	0,00	0,00	66.302,33
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240113	4661	0,00	0,00	806.727,00

Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240123/113	4661	0,00	0,00	8.000,00
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240127/113	4661	0,00	0,00	392.882,22
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240127113	4661	0,00	0,00	582.269,59
Movimentação interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240112	6995	0,00	0,00	999.600,00
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240123/112	6995	0,00	0,00	50.600,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240128/112	6995	0,00	0,00	78.000,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240126/112	6995	0,00	0,00	98.241,11
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240126112	6995	0,00	0,00	195.390,77
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240127/115	2B41	0,00	0,00	25.171,11
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240126	4124	0,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240126	2291	0,00	0,00	6.369,09
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4954	0,00	0,00	20.442,22
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4955	0,00	0,00	63.776,40
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4972	0,00	0,00	48.572,81

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240124	4417	0,00	0,00	7.471,11
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240124	4494	0,00	0,00	16.000,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240113	6190	0,00	0,00	224.573,22
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240127/113	6190	0,00	0,00	4.041,11
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	240118	8961	0,00	0,00	28.000,00
	Recebidos	240127	4128	0,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	240112/153103	6995	0,00	0,00	606.600,00
	Recebidos	240112	6995	0,00	0,00	606.600,00
TOTAL CUSTEIO				49.792,83	0,00	5.310.417,91
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240124	2000	14.033,97	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240126	2000	7.786,74	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240104	2000	119.236,25	0,00	0,00

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240126	2000	156.634,68	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240128	12C9	125.500,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240123	12C9	425.300,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240126	12C9	39.649,33	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240113	12C9	180.000,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240126	4124	655.550,67	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240128	4126	140.135,57	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240127	4128	207.029,47	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240123	4139	23.500,00	0,00	0,00

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240113	4661	70.000,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240128/113	4661	151.397,38	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240129/113	4661	35.895,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240123/112	6995	497.875,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240112	6995	44.500,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240127/115	2B41	170.000,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240126	2291	46.581,94	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4954	624.000,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4955	652.607,12	0,00	0,00

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4972	121.488,86	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240124	4417	180.346,00	0,00	0,00
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240124	4494	62.000,00	0,00	0,00

Fonte: 015000000

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	240104	4972	88.500,00	0,00	0,00

Fonte: 0112915044

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00
	Recebidos	154003	FCC2	150.000,00	0,00	0,00
TOTAL DE CAPITAL		4.989.547,98			0,00	0,00

Fonte: SIAFI

TOTAL OCC	10.349.758,72
------------------	----------------------

Análise Crítica: Do valor TOTAL recebido, R\$ 10.349.758,72, R\$ 2.873.095,22 foram recebidos por TDC - Termo de Descentralização de Crédito, ressaltando-se o valor de R\$ 606.600,00, destinado à UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, complemento da descentralização efetuada em 2011 por esta Unidade, para atender solicitação da Secretaria de Apoio Logístico do MCTI e R\$ 150.000,00 concedidos pela CAPES para apoiar aquisição de equipamentos destinados ao Programa de Pós-Graduação do CBPF. Os valores de R\$ 49.792,83 com despesas com pessoal e o valor de R\$ 6.655.415,27 referem-se a repasses das Unidades de Pesquisas do MCTI para contratação de câmbio das importações de equipamentos, materiais e serviços, por efeito do contrato de cooperação celebrado em 2009 pelas unidades.

ANEXO II

- **Declaração quanto à disponibilidade das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, respectivamente, no SIASG e no SICONV**



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

Eu, **(EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA)**, CPF nº **769.667.557-53**, **(CHEFE DE SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO)**, exercido no **(CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS)**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio, 28 de março de 2013.

(EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA)

(CPF: 769.667.557-53)

(Chefe de Serviço de Material e Patrimônio/Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas)

ANEXO III

- **Declaração do Serviço de Recursos Humanos sobre Processos Disciplinares**

Of.CBPF/SRH Nº 105

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2012.

A Sua Senhoria o Senhor
Cleber Takamiti Nishikawa
Corregedor- Setorial dos Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia
Corregedoria Geral da União
Corregedoria Adjunta da Área de Infraestrutura
Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 2º andar
70.050-904 – Brasília /DF

Assunto: Balanço Geral da União 2012

Senhor Corregedor Setorial,

Em atendimento ao solicitado para o Sr. Diretor deste CBPF, através do Ofício nº 34630/2012/CSMD-MCT/CORIN/CRG/CGU-PR, datado de 20 de novembro de 2012, informamos que encontra-se atualizado o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – Sistema CGU-PAD, no âmbito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF, Unidade de Pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, conforme planilha abaixo:

Informação	Quantitativo
<i>Processos administrativos disciplinares – PADs instaurados em 2012</i>	<i>Nada consta</i>
<i>Sindicâncias punitivas instauradas em 2012</i>	<i>Idem</i>
<i>Sindicâncias investigativas instauradas em 2012</i>	<i>Idem</i>
<i>Processos administrativos disciplinares – PADs julgados em 2012</i>	<i>Idem</i>
<i>Sindicâncias julgadas em 2012</i>	<i>Idem</i>
<i>Quantidade de suspensões aplicadas e estatutários em 2012</i>	<i>Idem</i>
<i>Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2012</i>	<i>Idem</i>

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição, se necessário, para esclarecimentos de dúvidas.

Atenciosamente,



NELSON RIAL ARREGUE
Chefe do Serviço de Recursos Humanos

